

Jorge Carvalho Arroiteia

# Portugal XXI:

conspecto demográfico



# Índice

Introdução.....	5
I – Significado dos Números.....	9
II – Distribuição no espaço.....	25
III – Dimensão temporal.....	39
IV. Aproximação teórica e comparada.....	55
Nota final.....	79
Bibliografia.....	81
Índice.....	87
Figuras.....	87
Tabelas.....	87



Aos portugueses da Diáspora<sup>1</sup>  
e a todos os que acreditam no futuro deste País



---

<sup>1</sup> Por ocasião da Gala Portugueses de Valor – LusoPress, Maio/2015 (Açores)

## Introdução

A situação da população portuguesa expressa nos resultados dos últimos Recenseamentos da população,<sup>2</sup> assinala um conjunto de alterações decorrentes do crescimento moderado dos habitantes, redução dos nascimentos, aumento progressivo dos idosos e variação, em sentido inverso, dos movimentos migratórios: quebra da imigração e aumento da emigração. Estes movimentos acentuam o contributo das migrações no processo de crescimento natural da população portuguesa e os seus reflexos directos e diferidos sobre o crescimento demográfico: a quebra da imigração a que se associa a redução do nº de habitantes e a fuga da população jovem e adulta, responsável pelas perdas ultimamente verificadas.

Note-se que a alteração das condições de vida e de emprego em Portugal continua a agravar o crescimento zero, a dependência demográfica e o despovoamento estrutural do território, acentuado pelas assimetrias espaciais há muito existentes. Neste contexto as estimativas do crescimento da população portuguesa nas próximas décadas, elaboradas com base em diferentes cenários, apontam para uma quebra ainda maior de habitantes. Não sendo exclusivamente nacional esta situação, é extensiva ao conjunto de países da UE e a outros países mais desenvolvidos do globo, igualmente ameaçados pelo inverno demográfico que paira sobre o velho continente.

O comportamento malthusiano da população está associado a contextos de mudança social relacionados com a evolução cultural e económica que afecta diversos países e sociedades, bem como a leituras distintas sobre a fertilidade da mulher, a natalidade, a família e as políticas sociais relacionadas com a população, o seu crescimento e variação. Genericamente os valores controlados da fecundidade e da procriação humana têm conduzido a baixas da população e à alteração do seu estado e mobilidade, o que levanta questões em relação à evolução da sociedade portuguesa e ao seu ordenamento físico, social e laboral. Esta é uma das questões que justifica uma análise, mesmo que sumária da geografia da população portuguesa e das suas dependências em articulação com o sistema demográfico europeu e internacional.

Se associado a outras condições de vida e de existência da nossa sociedade, nomeadamente as que se ligam à fadiga demográfica, financeira e fiscal que a afecta, o panorama social e geográfico da nossa população pode assemelhar-se a outras situações de pressão exercida sobre os habitantes relacionadas com a disponibilidade, aproveitamento e exaustão dos seus recursos materiais. Mais ainda, a outras condições gravosas atinentes à dependência energética, ao aproveitamento do solo e às

alterações climáticas que contribuem para o depauperamento do país e da sociedade. Por isso tão importante como justificar a responsabilidade humana na alteração e remediação destas situações, é encarar a evolução demográfica como fazendo parte de mais uma etapa da marcha humana e civilizacional na procura das melhores condições de sobrevivência, aproveitamento dos recursos e melhoria das condições de vida.

A extensão da nossa “ecúmena” e das suas redes de comunicação possibilita-nos meios técnicos inigualáveis capazes de superar riscos e conflitos inerentes a estas situações. Com efeito se o homem não é, apenas, um produto da superfície terrestre, como o defendeu Ratzel, a sua evolução prossegue um complexo processo civilizatório (Darcy Ribeiro), marcado pelo aprofundamento do conhecimento humano e científico e desempenho dos sistemas políticos. Neste domínio há que contrariar a sentença napoleónica de que “a política de um Estado está na sua geografia”. Ao tempo em que esta afirmação foi produzida não estavam ainda reunidas as condições e o saber que permitissem ultrapassar o determinismo geográfico imposto pelo meio ambiente, condições técnicas e domínio das tecnologias que hoje usufruímos. Contudo eram já conhecidas as barreiras culturais associadas às élites construídas a partir de desequilíbrios sociais que acompanham a diversidade física do território.

O desafio marcado pelas questões da população relacionadas com o movimento natural e as migrações, merece análises e reflexões distintas, contributos vários, planos de acção apropriados e, acima de tudo a responsabilização individual e colectiva da necessidade de intervenção humana e política sobre estes movimentos. A diversidade de situações estruturais e conjunturais que afectam os grupos humanos organizados, os efeitos da recessão populacional, as escolhas públicas e os gestos do quotidiano, sugerem uma leitura atenta dos problemas demográficos e dos seus efeitos sobre as colectividades humanas organizadas.

Face ao panorama demográfico nacional, aos cientistas sociais compete apreciar a situação presente relacionando-a com as demais componentes do sistema; perspectivar a sua evolução e os cenários em que se desenvolve; partilhar a informação e promover o seu cabal esclarecimento. Este constitui um dever decorrente da partilha do conhecimento que a sociedade deve entender como um retorno dos investimentos actuais no ensino e investigação. Ao sistema político cabe preparar e assumir projectos de desenvolvimento abertos e partilhados com a população no sentido de minimizar os efeitos do crescimento zero desta sociedade.

Embora se acredite que é em situações de dificuldade que se preparam as soluções para a crise, importa que as respostas para a nossa dependência populacional possam ser elaboradas de forma conveniente e reflectida por

parte dos actores sociais que mais responsabilidades têm neste domínio: os investigadores sociais juntamente com colegas de outras áreas.

O reforço da consciência colectiva (Gurvitch), sobre as situações relativas ao estado da população portuguesa e ao seu futuro, cabendo inicialmente ao Estado, ultrapassa os organismos oficiais e deixa às organizações sociais e civis a responsabilidade de uma participação acrescida nas suas diferentes formas e contributos. Contudo, tão importante como ter consciência dos fenómenos que nos afectam, é saber partilhar - num esforço comum de solidariedade orgânica, mecânica (Durkheim) e institucional - o desenho e as responsabilidades na construção do nosso futuro comum. Assim o entendemos num contexto de mudança e de inovação, que decorre da alteração de muitos dos paradigmas sociais e culturais geralmente aceites e tidos como imutáveis.

Estas são algumas das questões essenciais que pesam sobre a nossa geração: aceitar a mudança sem a reprimir na sua origem; engendrar soluções de base colectiva; perspectivar o futuro com base em escolhas racionais que atendam aos interesses das comunidades; construir as bases para um outro modelo societário em que os efeitos da geografia das dependências não venham a decalcar os limites naturais impostos pela natureza, pelo poder político ou por outras élites sociais. Se tal vier a acontecer, mais do que produto da terra (Ratzel), o homem passa a ser escravo do regime social em que vive.

As notas que se seguem foram elaboradas a partir da análise do estado da população portuguesa no início do século actual; atende às componentes relacionadas com os movimentos da população - movimento natural e movimentos migratórios; tem em conta acções humanas no território, ao longo do tempo, por parte das antigas e actuais gerações. Procuram realçar os ensinamentos de P. George relativos à compreensão dos fenómenos populacionais na sua configuração numérica, extensão territorial e realização temporal, próxima do início do novo milénio. Conta ainda com algumas reflexões sobre o mosaico europeu e a abordagem teórica referente à revolução reprodutiva em curso na nossa sociedade. Utiliza essencialmente elementos de origem estatística disponibilizados pelo INE e por outras fontes da mesma natureza.

Esta é a substância que ilustra o tema desta geografia das dependências na qual cabem muitos outros assuntos e temas de interesse actual. O legado da população constitui, apenas, uma delas. Assim o entendeu a UE com a publicação, em 2005, do Livro Verde, «Face aux changements démographiques, une nouvelle solidarité entre générations» (C.E., 2005, 94)<sup>3</sup>. Perante o agravar da questão demográfica europeia e seguindo a Estratégia de Lisboa, a Comissão Europeia reconheceu então a necessidade

---

*3 [http://ec.europa.eu/employment\\_social/social\\_situation/green\\_paper\\_fr.html](http://ec.europa.eu/employment_social/social_situation/green_paper_fr.html) 8.ABR14*

de estruturar as políticas sociais garantindo o emprego – em particular para certos grupos da população, como mulheres, jovens e idosos –, promovendo a inovação e a produtividade; reconhecendo a necessidade de modernizar os sistemas de protecção social, nomeadamente no que respeita à reforma; assumindo compromissos relativos à sua viabilidade financeira e social e à gestão dos efeitos do envelhecimento e perdas da população.

Atingidos por estes fenómenos, importa que as comunidades locais tenham em conta a sua marcha e variação, os seus reflexos e extensão, sabendo encontrar, em amostras e iniciativas de âmbito limitado, soluções que possam articular-se com outras de âmbito transnacional e europeu relativas aos mesmos problemas. Acontece que a extensão de tais situações no mosaico alargado da velha Europa, sugere uma participação empenhada e colectiva dos que as vivem de imediato, dos que venham a ser afectados no seu futuro e dos que pretendem assumir a responsabilidade de gestão do bem comum.

A estes cabe a responsabilidade acrescida de construção e divulgação das boas práticas institucionais e sociais inerentes ao modelo cultural e de crescimento da população, ao ordenamento social e económico, à matriz de desenvolvimento e inovação desta sociedade. Importa estar atento às sombras que se agitam dentro e fora desta nossa caverna!

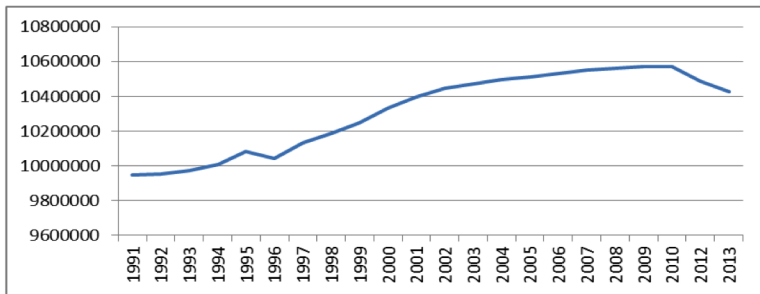




## I – Significado dos Números

A situação presente da população portuguesa<sup>4</sup> atesta um conjunto de alterações entre as quais o crescimento moderado de habitantes, a evolução das estruturas e a intensificação da mobilidade humana em áreas cada vez mais extensas do território nacional. Esta situação decorre da variação conjunta de factores naturais e das migrações que se acentuaram no decurso da segunda metade de Novecentos (Arroteia, 2007). Tal tem vindo a acentuar-se desde os anos sessenta do século passado traduzindo-se numa perda de – 282,5 milhares de habitantes em 1970 relativamente ao início do decénio anterior. Entre 1970 e 1981, o crescimento da população foi de +1.284,1 milhares de indivíduos; entre 1981 e 1991, de +9,6 milhares de indivíduos; entre 1991 e 2001, de +495,5 milhares de habitantes e entre 2001 e 2011, de +199,7 milhares de habitantes. A partir de então a quebra persiste sugerindo a ampliação do cenário de repulsão da nossa população.

**FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA: 1991-2013**



A imagem anterior acentua as quebras recentes que contribuem para o despovoamento do nosso território e de espaços municipais, sobretudo de natureza rural, cada vez mais extensos. Tais perdas acompanham-se da redução de nascimentos, aumento progressivo de idosos e variação dos movimentos migratórios. Esta é uma realidade que espelha a mudança das condições de vida e de emprego em Portugal, causa e efeito da alteração do movimento natural e dos movimentos migratórios registados no nosso território, em particular desde a segunda metade de Novecentos. O primeiro, resulta da diferença entre a natalidade e a mortalidade; os segundos, da variação conjunta da emigração e da imigração. Daqui decorre a diversidade do retrato demográfico português em 2011 e a distribuição da população, famílias, alojamentos e edifícios.

<sup>4</sup> Cf: INE (2011) – XV Recenseamento Geral da População – V Recenseamento Geral da Habitação

**TABELA 1 - PORTUGAL 2011: RETRATO DEMOGRÁFICO**

2011	Pop. Presente	Famílias Clás.	Aloj.fam. Total	Edifícios
<b>Portugal</b>	10281794	4044100	5865390	3543595
<b>Continente</b>	9769071	3869537	5626804	3352829
<b>Norte</b>	3583414	1331066	1847707	1209830
<b>Centro</b>	2258335	904746	1445107	1111682
<b>Lisboa</b>	2731278	1147911	1485656	448720
<b>Alentejo</b>	733219	302944	470173	383737
<b>Algarve</b>	462825	182870	378161	198860
<b>R.A.Açores</b>	239773	81718	109429	98807
<b>R.A.Madeira</b>	272950	92845	129157	91959

INE: *Censos 2011*<sup>5</sup>

Até aos finais de Novecentos, o crescimento global da população nacional tende a seguir o padrão de outros países da U.E., sobretudo os países da sua franja mediterrânica, em meados da centúria anterior, quando aí se concentravam as maiores reservas demográficas que alimentaram os movimentos de emigração transoceânica e, sobretudo, as migrações intra-europeias. Neste caso veio colmatar as lacunas de mão-de-obra causadas pelo decréscimo da população autóctone, em muitos países em decréscimo desde a revolução industrial. Já na última década, o crescimento da população portuguesa foi de apenas 2%, e na vizinha Espanha atingiu os 14,6%.

No que à situação portuguesa diz respeito, a emigração acentuou-se no decurso da segunda metade de Novecentos acompanhando o processo de reconstrução europeia do pós-guerra. Tal fenómeno está radicado num conjunto de mudanças societais relacionadas com a exploração mineira e industrialização, a concentração dos excedentes rurais nas áreas urbanas, a terciarização da sociedade, a emancipação progressiva da mulher, a sua participação mais intensa no mundo do trabalho, a segmentação e competitividade deste. Não bastassem estas razões, temos ainda a deterioração progressiva do meio laboral com o acréscimo do desemprego e inserção cada vez mais tardia dos jovens no mercado de emprego, a dependência alargada destes em relação aos seus familiares, a alteração da composição e vivências e dos núcleos familiares.

Neste domínio diversas alterações na evolução do tipo de família em Portugal, ajudam a compreender a evolução de outros indicadores demográficos relacionados com a população portuguesa: a dimensão média das famílias em Portugal, que em 1960 era de 3,8 pessoas e de 3,1 em 1991, baixou para 2,6 pessoas em 2011; a percentagem de famílias com mais de 5

<sup>5</sup> INE (2012) – *Censos 2011 – Resultados definitivos*. Lisboa, INE

pessoas, que em 1991 representava 6,6% das famílias residentes, em 2011 baixou para 2%; as famílias unipessoais, que na primeira data representavam 13,8% desse total, em 2011 representavam 21,4% das famílias residentes no nosso país das quais, cerca de metade, possuíam mais de 65 anos de idade. Das famílias unipessoais, 37,1% correspondiam a homens vivendo sós, e 62,9% a mulheres residindo nas mesmas condições. Estas alterações reflectem a evolução da composição e estrutura da nossa população, bem como as mudanças operadas no tipo de famílias durante o último meio século.

**TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO TIPO DE FAMÍLIAS %**

	1960	1991	2001	2011
<b>Famílias s/ núcleo familiar</b>	16,4	16,6	19,5	23,3
Pessoas a viver sozinhas	11,5	12,4	15,5	20,4
Outros tipos de família	4,9	4,2	4	2,8
<b>Famílias simples (c/ 1 núcleo)</b>	68,2	69,5	70,1	68
<b>Familiar s/ outras pessoas</b>				
<b>Casais (subtotal)</b>	62,3	63,9	63,1	59
Casal s/ filhos	14,8	20	22	23,8
Casal c/ filhos	47,5	43,9	41,1	35,2
<b>Monoparentais (subtotal)</b>	5,9	5,6	7	9
Pai c/ filhos	-	0,8	0,9	1,2
Mãe c/ filhos	-	4,8	6	7,8
<b>Famílias complexas</b>	15,4	13,9	10,4	8,7
<b>Alargadas (1 núc. fam. + pessoas)</b>	-	10	7,3	5,8
<b>Múltiplas (2 ou + núc. fam.)</b>	-	3,9	3,1	2,9
<b>Total</b>	100	100	100	100

INE

Neste domínio tais alterações têm-se acompanhado da redução da dimensão das famílias, da sua composição e formas de parentalidade: o nº de casais sem filhos, que em 1991 representava 32% do total de casais, atingia em 2011 os 41,2%; os casais só com um filho representam mais de metade dos casais recenseados; o nº de casais em união de facto passou de 3,9% em 1991 para 13,3% em 2011. Complementarmente regista-se o adiamento do nascimento do 1º filho nos casais jovens e, no caso das famílias mais idosas, ao retorno do casal sem filhos, depois da saída destes do núcleo familiar.

Acompanham ainda a evolução das políticas públicas e sociais, a alteração dos projectos individuais e de vida dos cidadãos, relacionadas com a não oficialização das relações conjugais e aumento do divórcio; das

políticas sociais e das leituras (individuais, familiares e grupais) da natalidade; do contributo diferenciado por parte da população autóctone e imigrante. Importa ainda destacar que tais alterações não são homogêneas em todo o território nacional, nem são as mesmas nos diferentes estratos e grupos sociais. Hoje como ontem continuam a fazer-se sentir as dicotomias Norte-Sul, Litoral-Interior e, sobretudo, rural-urbano, reflectindo-se estas no espaço das áreas metropolitanas e da rede urbana associada às cidades e às suas periferias, nos cenários dos campos abandonados e das queimadas e clareiras naturais e humanas do território nacional.

Toma-se como exemplo as famílias unipessoais em idade maior (>65 anos) que prevalecem no território do Norte Interior e Centro do país, bem como nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Regista o INE (2013, 10)<sup>6</sup> ser este o resultado do processo de suburbanização “nas duas áreas metropolitanas, verificando-se uma incidência de proporções mais elevadas nos municípios de Lisboa (15,0%) e do Porto (13,2%) por comparação com os valores observados para os municípios circundantes. Este padrão tem resultado da tendência de transferência das populações dos centros urbanos das duas metrópoles do país para a sua periferia e do consequente envelhecimento e isolamento das populações que permanecem nestes centros.”

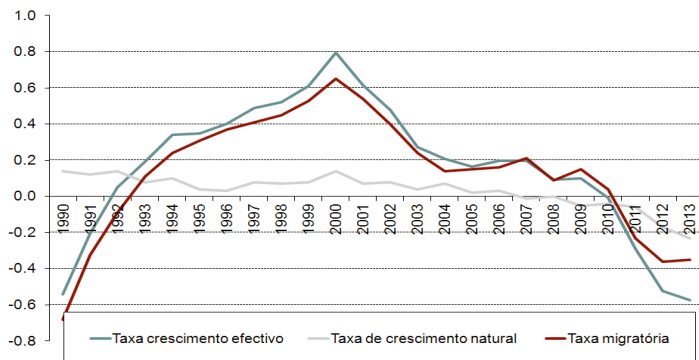
No seu todo a população portuguesa está a mudar. Estas situações traduzem ainda a socialização crescente da modernidade, a variação na duração e construção das uniões pessoais, as vivências da sexualidade, as práticas anticonceptivas diferenciadas e a libertação da população face a outros modelos vigentes. Estas questões devem ser articuladas com o estado actual da população portuguesa, a sua diferenciação no tempo e no espaço e a comparação com o retrato global da população europeia.

A referência à evolução recente da nossa população e às mudanças operadas no sistema demográfico português, obriga ao registo dos factores da sua variação: movimento natural e movimento migratório. O primeiro traduz a marcha dos nascimentos e dos óbitos registados durante um período determinado; o segundo, o contributo dos factores internos e externos responsáveis pela atracção e/ou repulsão de habitantes. A história recente destes movimentos alterou-se profundamente no decurso do último meio século, partilhando a sua responsabilidade no panorama actual assente no contributo reduzido do saldo natural e do acréscimo de habitantes por via do saldo migratório. Tal situação foi particularmente sentida durante a década de noventa e na seguinte, alterando-se depois de 2010 com o crescimento simultâneo e negativo de ambos os saldos. Daqui resulta a quebra da população portuguesa.

---

6 INE (2013) – *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança* In: <http://www.ine.pt/sportal/2J-AN15>

FIGURA 2 – DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO



In: INE, 2014<sup>7</sup>

Sendo as áreas de repulsão dominantes no território português, a sua distribuição acompanha situações de profunda alteração da estrutura demográfica da população nacional. Tal facto decorre da redução acentuada do nº de nascimentos a partir da segunda metade do século passado e da evolução da população, em regime de transição demográfica assente na redução conjugada dos valores da natalidade e acréscimo da mortalidade, comum a outras partes e países do globo.

Registe-se que a diminuição de nascimentos está plasmada na evolução das taxas brutas de natalidade que se situam abaixo dos 10‰ na actualidade. O mesmo tem acontecido com a mortalidade cuja variação, embora reduzindo-se no tempo com o acréscimo da esperança de vida e melhores condições médico-assistenciais anda igualmente próxima dos 10‰. A evolução tendencialmente superior, na actualidade, encontra a sua justificação no envelhecimento dos habitantes.

Tratando já dos valores naturais de crescimento da população verifica-se, que embora dependente de causas distintas (cf: Almeida, A., André, I., Lalanda, P., 2002), a quebra da natalidade deve-se à redução da fecundidade da mulher em Portugal - como noutros países e contextos da UE, nomeadamente na Europa mediterrânica -, baixando os seus valores de 18,6‰ na década de 1970-1981, para 11,2‰ entre 1991-2001. Tal aconteceu mais tardiamente e de forma mais abrupta do que nos países setentrionais europeus, fazendo com que os nascimentos registados no nosso país tenham baixado para valores ligeiramente superiores a oito dezenas de milhares. Por alteração da conjugalidade, os nados vivos

7 [http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfilem.jsp?look\\_parentBoui=223610700&att\\_display=n&att\\_download=y.15](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfilem.jsp?look_parentBoui=223610700&att_display=n&att_download=y.15)AN15

nascidos fora do casamento subiram de 23,8% em 2001, para 42,8% em 2011.

Como em tempo foi assinalado por Nazareth (1988, 273) a análise das curvas de fecundidade descritas por Coale (1972)<sup>8</sup> tende, nos dias de hoje, a evidenciar uma quebra em todas idades e a diferir a sua concentração para a terceira década de vida da população feminina. Este registo contraria o modelo tradicional em que tal ocorria entre os 20 e os 30 anos de idade, situação que afecta a evolução da natalidade e as perspectivas de subsistência demográfica das novas gerações.

Face aos valores e à composição da imigração estrangeira em Portugal, onde se conta a prevalência de adultos em idade de procriação, é significativa a percentagem de nascimentos de mães de diferentes nacionalidades: 5,2% em 2001 e 10,3% em 2011. Os dados da PORDATA<sup>9</sup> relativos a 2013, indicam que num total de 82787 nados vivos registados em Portugal, 75,3 milhares foram de mãe portuguesa e 7,4 milhares, de mãe estrangeira. Comparativamente a 1995, estes valores foram de 104,7 milhares e 2,3 milhares, dados que traduzem a variação de nascimentos em curso na sociedade portuguesa.

Ora se a evolução conjunta das taxas de natalidade e de mortalidade têm condicionado o seu ritmo de crescimento, foi no decurso do último quartel de Novecentos que outros factores se acentuaram - tais como o aumento dos divórcios, a redução temporal das uniões matrimoniais, as condições de vida e laborais da população - contribuindo para a quebra da fecundidade e para a sua evolução próxima. Assim, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) - que traduz o número médio de nados vivos/mulher durante o seu período de fertilidade -, em redução desde o início da década de oitenta (cerca de 2.0) encontra-se, nos dias de hoje, numa situação de não retorno, próximo de 1.20. Recordar-se que este valor só acima de 2.1 filhos por cidadã permite a renovação da geração actual, o que conduz à quebra eminente das novas gerações.

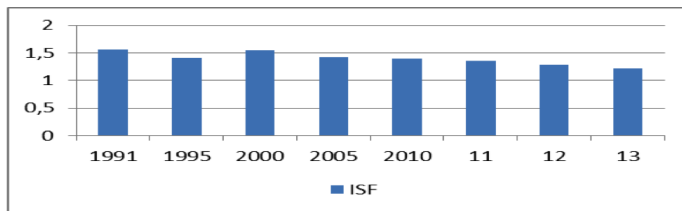
A situação presente, muito abaixo do valor acima referenciado e da média europeia, que se situa em 1.57 indica, salvo circunstâncias extraordinárias que venham a originar um acréscimo significativo e a sua manutenção ao longo do tempo, a redução progressiva da população portuguesa. As variações pontuais como as que se registaram no último ano em Portugal - quase 83,0 milhares de nascimentos - são ainda pouco expressivas da evolução e rejuvenescimento dos habitantes.

---

8 Coale, A. J. (1972): *The Growth and Structure of Human Populations: A Mathematical Investigation*. Princeton, Princeton University Press.

9 <http://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+maes+residentes+em+Portugal+total+e+por+nacionalidade+da+mae> 2JAN15

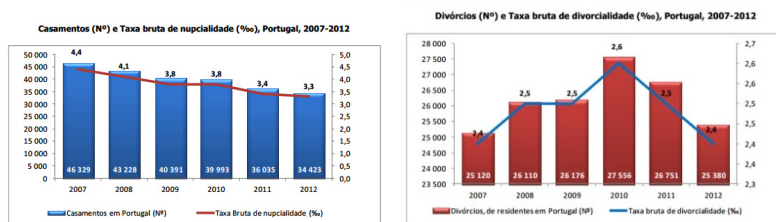
**FIGURA 3 - ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE**



Nas sociedades actuais abertas aos movimentos da população, os fenómenos emigratórios justificam a redução das mulheres em idade fértil (15-49 anos) no conjunto da população feminina. Nestas circunstâncias com a saída desta população a fecundidade realizada pode não coincidir com a fecundidade desejada pelos casais. Tal significa que embora potencialmente fecunda, o número de filhos por mulher entre os 15 e os 45-50 anos de idade, decresceu. O mesmo verificou-se conjuntamente com o aumento da coabitação pré-marital, da constituição de famílias monoparentais, das uniões consensuais e do acréscimo das vivências isoladas.

Outros factores como a idade média do casamento e a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, que aumentou entre 2001 e 2011 - de 26,8 anos na primeira data, para 29,2 anos no último ano em 1960 e 29,7 anos de idade em 2013<sup>10</sup> – indicam um retardamento da maternidade e da idade de casamento.

**FIGURA 4 – CONJUGALIDADE 2007 - 2012**



In: INE, 2013 <file:///C:/Users/User/Downloads/29PubDemograficas2012.pdf> 14M.A114

Variando ao longo do tempo estes valores revelam as alterações operadas ao nível da instituição familiar, da fecundidade da mulher e da nupcialidade. Neste caso a fecundidade tem vindo a evoluir separadamente da situação matrimonial, realçando uma evolução distinta dos padrões tradicionais quando o maior volume dos nascimentos era registado no seio

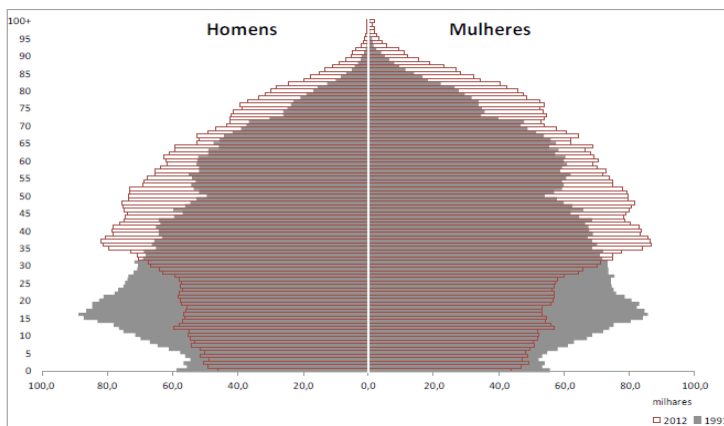
<sup>10</sup> <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-80515M.A114>

da unidade familiar. Tais situações expressam os efeitos da actual revolução reprodutiva em curso na população portuguesa.

As alterações da conjugalidade e procriação registadas nos Inquéritos à Fecundidade e Família (INE, 1997 e INE, 2013) expressam práticas de sexualidade diferenciadas com base na utilização de diversos meios anticonceptivos e recurso ao aborto. Os seus efeitos ampliam a multiplicidade de representações e práticas sociais em curso, num contexto acelerado de mudança social e de medidas de apoio à procriação pouco articuladas.

Sobre o movimento da mortalidade registada em Portugal, esta acompanhou o aumento da esperança de vida da população de ambos os sexos (82,59 anos para as mulheres e 76,67 anos para os homens, em 2012). Segue ainda o modelo da transição demográfica ou transição da fecundidade que o sistema démico português seguiu no decurso de Novecentos, com os ajustamentos decorrentes de outros factores que influenciam o saldo natural da população no seu conjunto.

**FIGURA 5 - PIRÁMIDES ETÁRIAS 1991 - 2012**



(INE, 2013)<sup>11</sup>

Contudo o envelhecimento progressivo da população tende a fazer aumentar o número de óbitos e a fazer aumentar este indicador. Já a sua permanência no tempo resulta da conjugação de diversos factores associados à medicina familiar e saúde pública, aos projectos de envelhecimento activo, aos recursos e meios financeiros disponíveis para o seu desenvolvimento, à criação de redes de serviços de apoio a

11 INE (2013) - "Estimativas de população residente em Portugal" - [http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=160861565&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=160861565&att_display=n&att_download=y) . 24NOV/12



dependentes e à capacidade financeira individual e do sistema de suportar tais encargos.

Acompanhando a evolução do movimento natural da população e antes de atendermos ao contributo dos movimentos migratórios, importa salientar que a variação conjunta do saldo natural e do saldo migratório, acarretou alterações significativas na estrutura da nossa população. Quanto ao saldo natural, a quebra de nascimentos agravou as condições do envelhecimento da base da nossa pirâmide demográfica; o aumento da esperança de vida conduziu um acréscimo da população idosa e o seu envelhecimento no topo. Já as saídas de jovens e adultos, levando a uma redução dos grupos funcionais dos activos, estreitou o corpo dessa figura, situação que não se alterou significativamente apesar dos ajustamentos produzidos pela presença da população imigrante pertencente ao grupo funcional dos activos. Daqui decorre que o traçado da nossa pirâmide etária registre o seu envelhecimento progressivo:

- na base, revelador da redução do nº de nascimentos;
- no topo, traduzido num acréscimo dos indivíduos de idade sénior.

Tais situações alteram significativamente o seu desenho original para configurações do tipo “às de espadas”, em “urna” ou já para formas mais singulares, em “cogumelo”, como o evidenciam as imagens das projecções demográficas mais recentes. Estas formas de representação gráfica, traduzindo os efeitos de diferentes factores sociais e humanos, justificam novas leituras do fenómeno de envelhecimento populacional na sua relação com o todo dos habitantes ou tão só em relação com a população em idade activa.

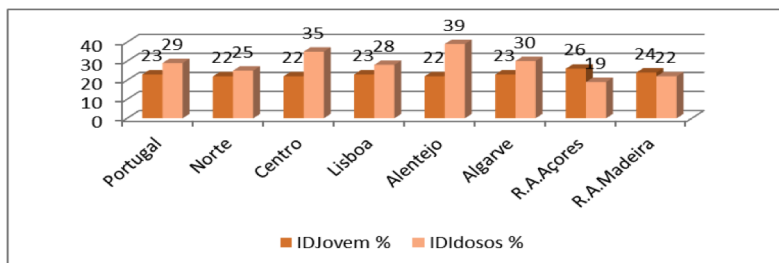
Não sendo um caso isolado, trata-se de uma situação comum a outros regimes demográficos de países europeus que registaram mais precocemente os efeitos da revolução industrial e consequente processo de terciarização; a sua revolução demográfica e sanitária; a quebra da natalidade e a redução da população autóctone e contributo dos movimentos migratórios. Tais condições têm vindo a acompanhar a evolução do saldo migratório, decorrente da variação conjugada da emigração e da imigração sobre a evolução natural dos nossos habitantes.

Em relação com os demais fenómenos demográficos, a estrutura e a mobilidade da nossa população não tem sido homogénea, variando em função das oportunidades de emprego, das acessibilidades económicas e culturais e dos níveis de bem-estar dos residentes. No primeiro caso esta situação tem conduzido ao agravamento dos índices de dependência (jovem e sénior); no segundo, à capacidade de renovação dos contingentes laborais, como se regista na figura anexa que apresenta os índices de dependência jovem e dos idosos nas diferentes NUTII do país.

Tal como acontece noutras circunstâncias, as clareiras demográficas do maciço central e da peneplanície alentejana fazem-se acompanhar de bolsas

de dependência bastante significativas em relação ao total dos seus moradores.

FIGURA 6 - ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA: 2011



In: INE, Censos 2011

A situação de declínio demográfico evidente em Portugal há algumas décadas acentuou-se desde 2011 devido à conjugação de outros factores, nomeadamente das migrações internacionais, em consonância com a permeabilidade das fronteiras actuais, a grande variação dos mercados e a mobilidade acrescida da população activa no mundo de hoje. No caso da situação portuguesa, no decurso das últimas duas décadas de Novecentos e começo da actual centúria, aos valores elevados de imigração juntou-se uma variação decrescente da emigração.

O arrefecimento do clima económico em Portugal retardou este movimento, dando origem a uma quebra da imigração estrangeira e a um maior acréscimo da emigração de nacionais. Deste balanço resultou, a partir de 1981, um crescimento moderado da população portuguesa de cerca de meio milhão de habitantes. Esta variação não sendo igualmente repartida no tempo nem uniformemente distribuída em todo o território nacional, acentuou a litoralização e o despovoamento do território no interior do país e em torno dos principais centros urbanos.

Quanto à análise dos saldos migratórios verifica-se, desde o início dos anos noventa, uma variação significativa da emigração, nomeadamente no que se refere à fixação de cidadãos nacionais anteriormente emigrados, que regressaram ao seu país de origem no termo do ciclo de vida individual ou familiar em que participaram. Afastados, muitos deles, do seu património genético conservam os laços de uma vida ao país onde trabalharam.

O contributo das migrações internacionais faz-se ainda sentir através do registo de saídas da população portuguesa, o que reforça o seu carácter estrutural e a dependência do nosso mercado de mão-de-obra face à conjuntura interna e internacional. É o que se pode apreciar com a evolução recente das saídas para alguns países europeus: Espanha, Reino Unido, Luxemburgo e Suíça, países que conjuntamente com a França, a Alemanha e Andorra constituem o rol de países europeus preferidos pela

emigração portuguesa. Alguns dados relativos aos anos noventa e seguintes permitem conhecer duas das formas desse movimento: a emigração permanente e a emigração temporária<sup>12</sup>:

- a primeira, anda associada a opções individuais e familiares e a projectos de vida diferenciados no domínio profissional;
- as saídas temporárias decorrem de diferentes formas de desempenho e de contratos profissionais, sendo um dos traços recentes deste fenómeno ligados à circulação de cidadãos no contexto da UE, seja de trabalhadores especializados, seja de jovens diplomados na procura do seu primeiro emprego.

Na actualidade estas saídas anuais têm orçado uma centena de milhares de cidadãos que se ausentam para os destinos tradicionais ou já para Angola, Moçambique e Brasil. Nestes contingentes inclui-se a população jovem-adulta, detentora de maiores habilitações académicas e formação profissional, que consubstancia um movimento mais profundo de fuga de cidadãos qualificados. Não bastasse a fuga de jovens em idade de procriação e com eles o potencial de renovação das novas gerações, a saída de quadros academicamente qualificados configura uma situação de duplo empobrecimento demográfico e científico, perdendo-se por esta via os investimentos na formação superior e profissional desta população.

As formas de mobilidade dos portugueses incluem ainda regressos anunciados e forçados de antigos emigrantes, que por razões de idade, alteração do projecto de vida ou já de desemprego nos anteriores países de destino, foram obrigados a voltar ao seu país. Os dados do censo de 2011 dão-nos conta da população que já residiu no estrangeiro e do período do seu regresso a Portugal. Fazendo fé nesses dados, circunstâncias várias relacionadas com o projecto individual do emigrante da sua família, com as condições de trabalho, a vida social e outros factores determinaram o retorno desta população ao seu país de origem.

Tendo presente os resultados do censo de 2011, entre a população de nacionalidade portuguesa que havia residido no estrangeiro, verifica-se o regresso acentuado de habitantes ocorrido no decurso dos anos setenta de Novecentos e a sua variação nas décadas seguintes:

- 31,6 %, no decurso da década de setenta;
- 19,6%, entre 1981 e 1990;
- 21,9 %, entre 1991 e 2000;
- 9,1 %, entre 2001 e 2005 e
- 12,5 %, entre 2006 e 2011.

No primeiro caso podemos interpretar esse fenómeno como resultado da conjugação de dois factores distintos:

---

<sup>12</sup> <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/2586.html> 15NOV/12

- os incentivos ao regresso de emigrantes estabelecidos em países europeus, como em França e na Alemanha, nos anos próximos à 1ª crise energética de 1973;

- o fenómeno de retorno de cidadãos portugueses das ex-colónias em data próxima à sua independência.

Os exemplos seguintes correspondem, em muitos casos, ao fim de vida de um ciclo emigratório das primeiras gerações de portugueses que saíram para a Europa no período correspondente ao de forte emigração portuguesa dos anos sessenta e setenta do século passado. Estas e outras razões relacionadas com o estado do mercado de emprego nos países de imigração, justificam esses valores e novos movimentos de re-emigração, que continuam a alimentar outros fluxos recentes na mobilidade da população portuguesa.

Estes fenómenos justificam a variação das comunidades de cidadãos nacionais residentes no estrangeiro cuja dimensão, características e diversidade territorial, constituem factores de atracção para novas saídas. Aqui podemos incluir os destinos transoceânicos tradicionais, os intra-europeus – nomeadamente os do coração da Europa, Andorra e Suíça - como os lugares mais distantes em África, na Ásia e no Pacífico.

**TABELA 3 - POPULAÇÃO PORTUGUESA NO TOTAL DE HABITANTES 2011<sup>13</sup>**

País	Emig. port.	% pop. total
Luxemburgo	60.897	30,2
Suíça	169.458	9,3
França	617.235	8,4
Espanha	98.975	1,8
Islândia	416	1,3
Reino Unido	92.065	1,2
Alemanha	75.110	0,7

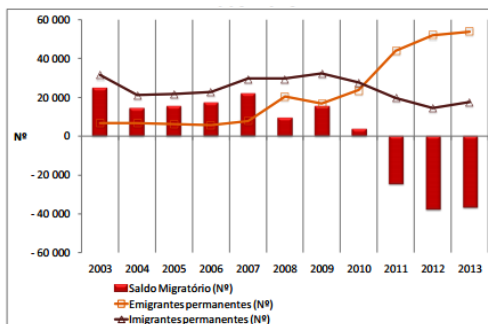
Devemos realçar que à semelhança do que aconteceu com a procriação da população portuguesa no estrangeiro durante o início do ciclo migratório europeu - onde a sua maior fertilidade contribuiu para uma melhoria efectiva do crescimento natural nos países de acolhimento - também em Portugal foi registado fenómeno idêntico com os novos residentes, decorrente da fixação de população jovem. Tal deve-se ao contributo da população activa em idade de procriação, que integra os contingentes migratórios; à dimensão dos núcleos familiares neste movimento e aos valores culturais referentes ao significado da natalidade

---

13 Observatório da Emigração

no seio das sociedades de origem. Embora os resultados actuais tendam a acentuar o significado da aculturação urbana das populações migrantes – no sentido da redução da dimensão da família – então como agora, a fixação destes núcleos em meios social e economicamente mais favorecidos parece incentivar o acréscimo da respectiva prole.

**FIGURA 7 - SALDO MIGRATÓRIO 2003 - 2013**



In: INE, 2014 file:///C:/Users/User/Downloads/16EstPopRes2013.pdf 16JUN14

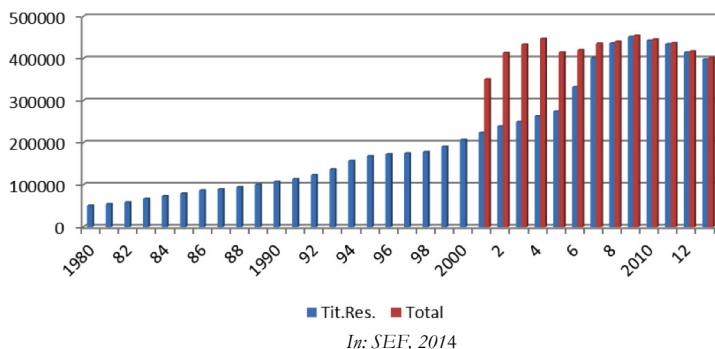
Quanto ao seu contributo no saldo da população residente, os nados vivos de mulheres estrangeiras residentes no nosso país aumentaram no decurso da última década, dando um contributo notável para o crescimento natural e efectivo da nossa população. A análise actual anunciando um crescimento moderado, tendencialmente em baixa da população portuguesa por via da acção conjunta do movimento natural e do movimento migratório, parece indiciar uma situação já consolidada de crescimento negativo de habitantes. Contudo a quebra gradual da população estrangeira registada desde 2009 continua a atestar o significado actual deste fenómeno.

A relevância desta imigração pode sistematizar-se no seu movimento em duas datas distintas: 2001 e 2011. A comparação dos dados relativos ao início de cada uma dessas décadas permite destacar a variação da imigração por nacionalidades no início da actual centúria:

- em 1991, os 106664 estrangeiros residentes representavam apenas 1,1% da nossa população;
- em 2001, os 226715 então recenseados representavam já 2,2% dos residentes;
- em 2011, os 394496 estrangeiros recenseados ascendiam a 3,7% da população portuguesa (INE, 2012<sup>14</sup>).

14 INE (2012) – *A população estrangeira em Portugal*. Lisboa, INE [http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfilem.jsp?look\\_parentBonu=150133806&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfilem.jsp?look_parentBonu=150133806&att_display=n&att_download=y). 5 ABR 14

**FIGURA 8 - IMIGRAÇÃO: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE**



Em 2013 residiam entre nós cerca de 400 milhares de estrangeiros, entre os quais há a assinalar a dimensão da comunidade de cidadãos europeus, de latino-americanos - com particular destaque para os brasileiros e dos PALOP's -, que em momentos distintos do ciclo político dos respectivos países imigraram para Portugal. Estas preferências são igualmente seguidas por cidadãos da antiga Europa de leste, assim como por chineses e indianos, com comunidades muito representativas na sociedade portuguesa. A estes juntam-se cidadãos de diferentes nacionalidades acolhidos pela sociedade portuguesa em locais distintos do território, mas concentrados essencialmente na área da grande Lisboa e na península do Sado.

Igualmente relevante é a sua distribuição na parte sul do país, no Algarve, particularmente a de cidadãos europeus oriundos do Reino Unido e na situação de reformados. Em 2011 estes representavam 43,1% dos cidadãos da mesma nacionalidade residentes em Portugal. Nesta referência cabe ainda um apontamento sobre os cidadãos de outras nacionalidades, que por razões humanitárias e políticas, são acolhidos em solo português com vistos temporários e em condições de asilo.

O levantamento desta população permite conhecer a idade e as profissões reveladoras do estatuto social anterior, das diferentes heranças sociais de que são portadores e das razões da sua mobilidade. Quanto à idade, é de notar a diferença entre os imigrantes que fazem parte dos contingentes de mão de obra activa e que escolheram residir em Portugal especificamente por razões de trabalho ou que optam por estadias mais prolongadas decorrentes de opções relativas ao exercício de trabalhos e de serviços mais especializados, em missões de diferente natureza ou ao aproveitamento do ciclo de reforma.

**TABELA 4 - IMIGRAÇÃO 2012**

Principais Nacionalidades – Stock

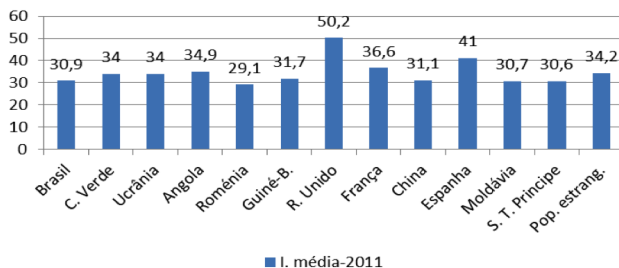
PAÍS	SEXO	TOTAL 2012	Títulos de Residência	Prorrogação de VLDs	TOTAL 2011
BRASIL	HM	<b>105.622</b>	<b>105.518</b>	<b>104</b>	<b>111.445</b>
	H	44.127	44.069	58	47.518
	M	61.495	61.449	46	63.927
UCRÂNIA	HM	<b>44.074</b>	<b>44.050</b>	<b>24</b>	<b>48.022</b>
	H	23.147	23.133	14	25.883
	M	20.927	20.917	10	22.139
CABO VERDE	HM	<b>42.857</b>	<b>42.388</b>	<b>469</b>	<b>43.920</b>
	H	20.200	20.001	199	20.800
	M	22.657	22.387	270	23.120
ROMÉNIA	HM	<b>35.216</b>	<b>35.216</b>		<b>39.312</b>
	H	19.811	19.811		22.441
	M	15.405	15.405		16.871
ANGOLA	HM	<b>20.366</b>	<b>19.873</b>	<b>493</b>	<b>21.563</b>
	H	9.639	9.401	238	10.331
	M	10.727	10.472	255	11.232
GUINÉ-BISSAU	HM	<b>17.759</b>	<b>17.462</b>	<b>297</b>	<b>18.487</b>
	H	9.946	9.824	122	10.530
	M	7.813	7.638	175	7.957
CHINA	HM	<b>17.447</b>	<b>17.186</b>	<b>261</b>	<b>16.785</b>
	H	9.000	8.892	108	8.648
	M	8.447	8.294	153	8.137
REINO UNIDO	HM	<b>16.649</b>	<b>16.649</b>		<b>17.675</b>
	H	8.652	8.652		9.121
	M	7.997	7.997		8.554
MOLDÁVIA	HM	<b>11.503</b>	<b>11.503</b>		<b>13.586</b>
	H	5.811	5.811		7.072
	M	5.692	5.692		6.514
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	HM	<b>10.376</b>	<b>10.174</b>	<b>202</b>	<b>10.518</b>
	H	4.732	4.662	70	4.823
	M	5.644	5.512	132	5.695

In: SEF (2012, 17) file:///C:/Users/User/Downloads/Rifa%202012.pdf 23|UN14

Sendo a idade média da população estrangeira residente em Portugal em 2011, de 34,2 anos, os de maior idade são cidadãos europeus. Quanto ao estado civil, as maiores percentagens de indivíduos solteiros pertencem a cidadãos africanos oriundos dos PALOP – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – que representam entre 70% e 81,6%, respectivamente, da população dessas nacionalidades residente entre nós.

Na mesma data a população imigrante recenseada era bastante diferenciada nas suas origens geográficas e ocupações laborais. As ocupações mais representadas estavam relacionadas com os serviços domésticos, a construção civil, o comércio ou já profissões especializadas ligadas à saúde (médicos e enfermeiros), professores e quadros de empresas. De notar que estas profissões mais especializadas eram desempenhadas por europeus (espanhóis e ingleses). O comércio ocupava grande parte dos cidadãos chineses e as actividades menos diferenciadas eram partilhadas entre as demais nacionalidades.

**FIGURA 9 - IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO IMIGRANTE**



Nestes casos os percursos de vida estão ligados à instabilidade política que acompanhou a sua transferência para Portugal, ao alcance de um novo espaço de circulação na UE, à melhoria de condições vida e de emprego à data da entrada em Portugal. Acompanham ainda as opções de vida articuladas com desempenhos profissionais e/ou fixação mais prolongada decorrente das amenidades mediterrânicas oferecidas nesta parte do velho continente europeu. Assim se justifica que dos 394,5 milhares de estrangeiros residentes em Portugal, recenseados em 2011:

- 11,5% residiam na NUTII – Algarve;
- 7,2% “ “ “ – Lisboa;
- 3,1% “ “ “ – Alentejo;
- 2,4% “ “ “ - Centro;
- 1,4 “ “ “ - Norte.

Na RAAçores essa percentagem era, apenas, de 1,4% e na RAMadeira atingia os 2,1%.

Conjuntamente com os aspectos de natureza sócio-económica e cultural, os de natureza demográfica devem ser tidos em conta na evolução da população portuguesa, na atracção de novos moradores e na oferta de condições que garantam os seus direitos e cidadania, a dignidade e natureza humana, favorecendo a sua capacidade de realização. Neste caso é particularmente relevante a atenção que for dada às crianças e aos seus direitos fundamentais assentes em princípios de não discriminação; desenvolvimento físico, intelectual e moral; educação básica obrigatória e gratuita; direito e segurança social salvaguardando a crueldade, a negligência ou outras situações de exploração do género humano. Tal permite preparar um outro modelo societário e demográfico, económico e cultural, diferente do que disfrutámos até ao começo do nosso século e que acompanhará as gerações vindouras.





## II – Distribuição no espaço

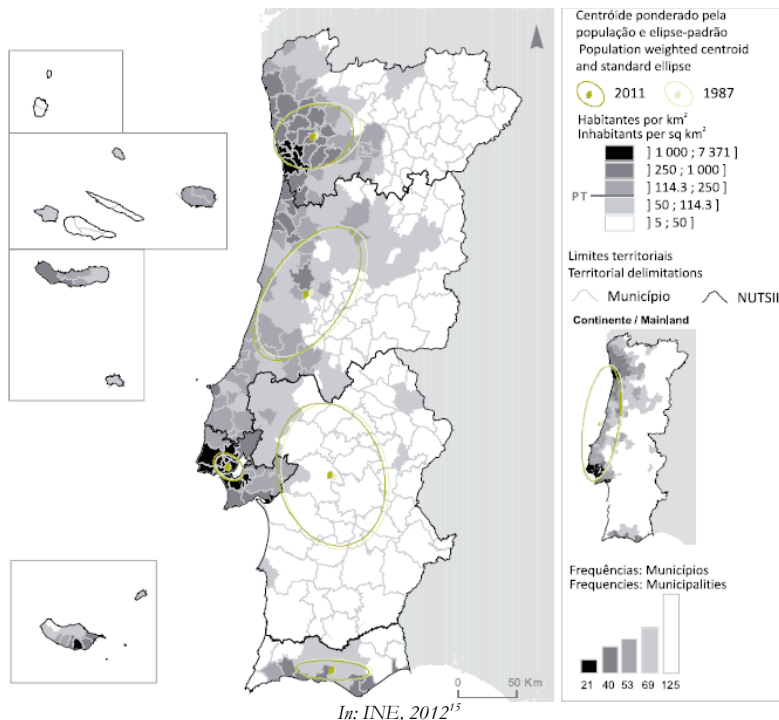
A distribuição dos habitantes no país, não sendo homogénea, exige a sua apreciação num contexto territorial mais reduzido que permita conhecer os condicionalismos naturais e as possibilidades do homem quanto à exploração dos recursos disponíveis e actividades. Tal permite uma leitura mais adequada do espaço humanizado, do meio natural, das concentrações urbanas, dos eixos de circulação e das relações destes fenómenos com o aproveitamento e a ocupação do território. Como factor dinâmico deste processo regista-se o acentuar da mobilidade geográfica da população e das actividades humanas que acompanham e acentuam a dualidade, os contrastes e os fenómenos de exclusão persistentes na nossa sociedade.

Para além das assimetrias espaciais relacionadas com a distribuição dos habitantes, características e actividades dominantes, importa ainda destacar os efeitos das acessibilidades aos bens e equipamentos sociais e culturais; à concentração de investimentos e ao padrão tradicional da mobilidade dos moradores, que na sua marcha continuam a acentuar o padrão de despovoamento e a geografia das dependências e contrastes do território português. Este é um aspecto a reter no registo dos desequilíbrios estruturais do nosso país, nas vivências da nossa sociedade, nas decisões do poder público central e do poder local, na formulação das políticas públicas que as suportam. Mais ainda, constitui um aspecto relevante a assinalar quando se pensa a população portuguesa.

Retomando trabalhos anteriores (Arroteia, 1984 e 2008) recordamos que a existência de um território geograficamente desarticulado no seu ordenamento físico, rede urbana, acessibilidades e infra-estruturas, é uma situação antiga descrita por geógrafos como Orlando Ribeiro, Amorim Girão e seus discípulos. Esta imagem tem vindo a ser reforçada pela maior concentração e dimensão populacional dos centros urbanos do litoral em detrimento da rede esparsa e assimétrica que domina a metade interior do país. Por razões geográficas e históricas, a rarefacção do povoamento e a dimensão dos centros urbanos é, aí, consideravelmente menor. Disso nos dá conta a figura relacionada com a evolução da densidade humana cujo traçado é sugestivo dos desequilíbrios espaciais determinados pela desigual distribuição dos habitantes, das suas actividades e equipamentos.

Esse padrão realça a concentração espacial da rede urbana e a acessibilidade litorânea decorrente do traçado e densidade dos eixos de comunicação, das condições de emprego e concentração de infra-estruturas económicas e outras, situando-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com densidades de ocupação média de 1580 hab./km<sup>2</sup> e 1484 hab./km<sup>2</sup>, respectivamente. A densidade média no país era de 115 hab./km<sup>2</sup> em 2011.

**FIGURA 10 - DENSIDADE POPULACIONAL**



Esta imagem confirma a relevância destes centros, o processo de litoralização/despovoamento do interior do território português e a atracção exercida pelos centros de maiores dimensões e carga de equipamentos. Tais questões, há muito identificadas por diversos cientistas sociais (Gaspar, 1987; Nazareth, 1988), reforçam a natureza dos problemas de índole demográfica na sua relação com o ordenamento social e territorial do país, reconhecido pelos níveis de desarticulação territorial e pela geografia das dependências expressa na estrutura, projecções e distribuição da população portuguesa. Bolsas de idosos, clareiras demográficas, áreas de atracção humana e áreas de repulsão em grandes extensões, são imagens que sugerem medidas adequadas ao ordenamento do território, aos investimentos demográficos e ao planeamento social no seu todo e ao autárquico em particular.

Não fosse a extensão de tais desequilíbrios e dos indicadores relacionados com os traços da sociedade dualista (Nunes, 1964), essa tarefa seria hoje facilitada pelas condições de vida e trabalho ainda existentes, pelo

<sup>15</sup> INE (2012) – Anuário estatístico de Portugal - 2011. Lisboa, INE

emprego e acessibilidades oferecidas e pelos efeitos das políticas laborais e sociais de educação, saúde, assistência social, que teriam posto à disposição da população portuguesa regiões mais homogêneas e com melhor qualidade de vida.

A situação presente levanta muitos desafios à geografia e ao ordenamento na sua ligação directa com a marcha dos fenómenos sociais e totais relacionados com o estado presente e o devir da nossa sociedade, com a evolução da população, o seu envelhecimento, a quebra da natalidade, a actividade laboral e as políticas laborais e de desenvolvimento do território. Estas são determinantes para o bom exercício da governança e da “sã política”, que para A. Comte<sup>16</sup>, “não deveria ter por objecto fazer avançar a espécie humana, que se move por impulso próprio, seguindo uma lei tão necessária quanto a da gravidade, embora mais modificável; ela tem por finalidade facilitar sua marcha, iluminando-a”.

A evolução tendencialmente negativa da população portuguesa e europeia, quicá da população mundial nas próximas décadas, assinala a emergência de um novo paradigma demográfico, menos desenvolvimentista mas exigente nas suas novas configurações sociais e humanas, na sua literacia e oferta de formação, nos seus modelos laborais e práticas sociais, nos seus modos de vida e de ocupação das gerações de jovens, adultos e idosos. As perspectivas sobre a evolução desta população estão plasmadas em diversos estudos da geografia da população, nomeadamente em trabalhos da ONU, tendo de há muito surgido nas preocupações entre o crescimento da população e as subsistências (Malthus, 1798).

No início do século passado, os estudos desenvolvidos por Warren Thompson (1929) sobre a evolução da população (natalidade e mortalidade) nos países industrializados deram origem à Teoria da Transição Demográfica - depois conhecida por Teoria da Transição da Fertilidade - justificam a evolução das populações em função do desenvolvimento do país. Na sua essência a TTD assenta na análise do decréscimo rápido da mortalidade, seguida da natalidade; na variação da população daí resultante; na sua evolução contida até ao presente.

De momento a mortandade supera os nascimentos e aumenta a situação de défice e de controlo dos nados-vivos registado na nossa sociedade. Trata-se de um fenómeno decorrente da conjugação de diferentes factores relacionados com a globalização e a mobilidade de capitais e mercadorias, com as migrações humanas e acima de tudo, pela mudança social alimentada pelas novas tecnologias de informação. Tais condições marcam um novo ciclo civilizacional em que o decréscimo da

---

*16 Comte, Augusto (1828) – Système de Politique Positive. In: Aron, R. (1982) As etapas do pensamento sociológico. Rio de Janeiro, Martins Fontes/ Editora Universidade de Brasília, 69*

natalidade e da fecundidade são acompanhados pelo acréscimo da mobilidade – contida e forçada – de grandes grupos humanos carenciados.

No que respeita ao nosso país, o padrão actual segue e promove a distribuição antiga de Oitocentos; as redes de comunicação, infra-estruturas e hierarquia urbanas; as acessibilidades e serviços. Este é um aspecto a reter na identificação e eventual correcção dos desequilíbrios estruturais do nosso território e das vivências da nossa sociedade, o que é reforçado pela variação da população portuguesa na última década: a RAMadeira viu aumentar a sua população em 9,3%; a RAAçores, em 2,1%; a região de Lisboa, aumentou 6% e a região do Norte manteve a população de 2001. Relativamente ao começo da centúria actual a região Centro perdeu cerca de 1% dos habitantes e o Alentejo, cerca de 2,0%.

Tendo presente a distribuição da população portuguesa por NUTII, os dados de 2011 permitem identificar esta distribuição humana associada às características familiares, alojamento e edifícios. Temos assim, no primeiro caso, a maior concentração de habitantes nas NUTII do Norte, de Lisboa e do Centro, respectivamente 34,9%; 26,7% e 22% da população residente em Portugal nessa data; no Alentejo – 7,2%; no Algarve – 4,3%; na RAMadeira – 2,5% e na RAAçores – 2,3%. Note-se ainda que o crescimento moderado da população tem sido ultrapassado por um aumento significativo de edifícios e, sobretudo, de alojamentos. De acordo com o INE (2012)<sup>17</sup>, “Em 2011, os alojamentos clássicos distribuíam-se do seguinte modo: 3991112 residências habituais, 1133300 residências secundárias ou de uso sazonal e 735128 vagos, representando respectivamente 68,2%, 19,3% e 12,5% do parque habitacional.” Comparativamente ao início da década anterior, esta variação foi especialmente notada na RAMadeira e Algarve, com acréscimos superiores a 35%.

Embora podendo recuar no tempo e balizar as perdas em diversos concelhos do continente praticamente desde o início de Novecentos, os dados relativos a esta variação confirmam que foi durante a segunda metade do século anterior que esse movimento ganhou particular relevância. E a partir de 1991 a população portuguesa decresceu de forma intermitente na RAAçores e de forma contínua nas NUTIII do Centro e do Alentejo, como foi já assinalado. Esta é uma situação que se repercute ao nível das estruturas do povoamento, na própria hierarquia urbana do território, bem como na sua organização funcional, uma vez que a alteração de residência permanente dos habitantes e as suas migrações, denunciam dinâmicas muitos diferenciadas entre os centros de maior atracção populacional e as áreas de repulsão que alimentam esses aglomerados.

---

<sup>17</sup> INE (2012) – *Censos 2011*

[http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfilem.jsp?look\\_parentBoui=150331034&att\\_display=n&att\\_download=y.5ABR14](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfilem.jsp?look_parentBoui=150331034&att_display=n&att_download=y.5ABR14)

Toma-se como exemplo as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, cujo alargamento progressivo tem contribuído para a bipolarização urbana do continente português e acelerado o processo de despovoamento de outros territórios mais afastados.

**TABELA 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE I**

	Pop. resid. 1991	Pop. resid. 2001	Pop. resid. 2011	Varição 1991-01	Varição 2001-11
<b>Portugal</b>	9867147	10356117	10561614	488970	205497
<b>Continente</b>	9375926	9869343	10047083	493417	177740
<b>Norte</b>	3472715	3687293	3689609	214578	2316
<b>Centro</b>	2258768	2348397	2327580	89629	-20817
<b>Lisboa</b>	2520708	2661850	2821699	141142	159849
<b>Alentejo</b>	782331	776585	757190	-5746	-19395
<b>Algarve</b>	341404	395218	451005	53814	55787
<b>R.A. Açores</b>	237795	241763	246746	3968	4983
<b>R.A. Madeira</b>	253426	245011	267785	-8415	22774

INE: *Censos 2011*<sup>18</sup>

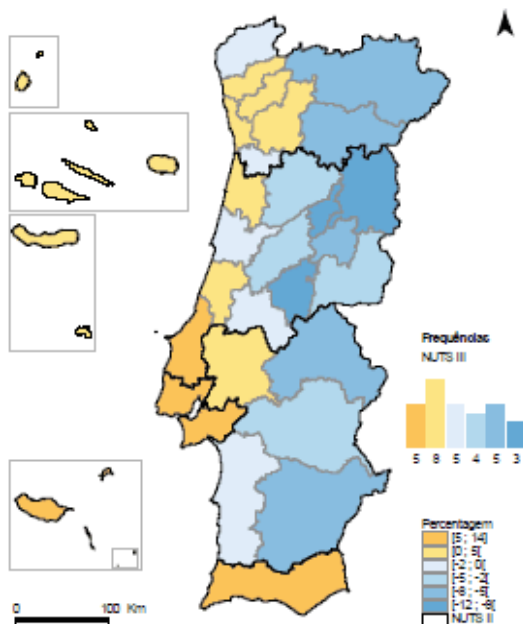
Tal como acontece em relação a outros indicadores, a diversidade e extensão territorial das unidades estatísticas – NUT II – evidenciam também valores distintos ao nível das NUTIII e dos seus municípios, comprovando a existência de muitos vazios demográficos assinalados em concelhos com elevados níveis de repulsão populacional. Estes centros ponteam no nosso território dificultando uma acção concertada de intervenção pública e de inevitáveis investimentos demográficos e sociais. Entre os territórios mais atractivos contam-se os que registam uma maior presença de estrangeiros, nomeadamente os que se situam na área urbana de Lisboa-Península de Setúbal e no Algarve (INE, 2013)<sup>19</sup>.

A referida ocupação, realça uma inversão na tendência normal de crescimento da população na parte norte do país, a qual era tradicionalmente conhecida pelo seu dinamismo demográfico e social. Tal ocorrência pode ser apreciada a nível municipal, sobretudo no litoral e na área metropolitana do Porto, mas não consegue superar as perdas registadas no interior e sobretudo nas áreas fronteiriças do país. Aqui as perdas demográficas continuam a reforçar o peso da interioridade e o fraco desenvolvimento sócio-económico que identifica o território fronteiriço.

<sup>18</sup> INE (2011) – *Censos 2011 – Resultados provisórios. Lisboa*, INE

<sup>19</sup> INE: (2013) – *A população estrangeira em Portugal – 2011*.  
[http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileen.jsp?look\\_parentBoui=150133806&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileen.jsp?look_parentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y)  
 . 5 ABR 14

**FIGURA 11 - TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA: 2001-2011**



INE: Censos 2012<sup>20</sup>

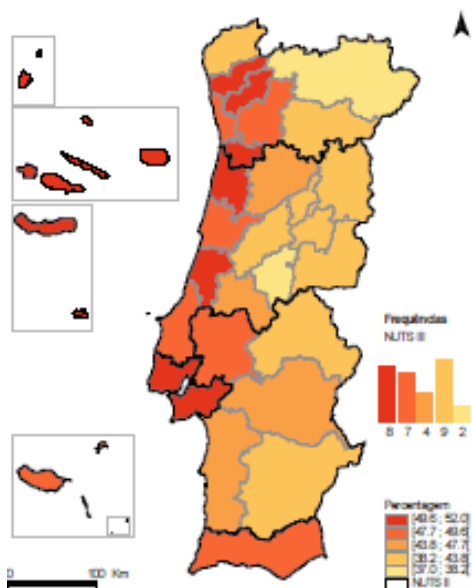
**TABELA 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE (%) SEGUNDO A ESTRUTURA ETÁRIA POR NUTSII – 2001 E 2011**

Grupo func.	0-14	0-14	15-24	15-24	25-64	25-64	>65anos	>65anos
Ano	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Portugal</b>	16	14,9	14,3	10,8	53,4	55,1	16,4	19,1
<b>Continente</b>	15,8	14,8	14,2	10,7	53,5	55,1	16,5	19,4
<b>Norte</b>	17,5	15,1	15,1	11,5	53,4	56,2	14	17,2
<b>Centro</b>	15	13,7	13,7	10,3	51,8	53,5	19,4	22,5
<b>Lisboa</b>	14,9	15,5	13,8	10,4	55,9	55,7	15,4	18,4
<b>Alentejo</b>	13,7	13,6	12,9	9,7	51	52,4	22,3	24,3
<b>Algarve</b>	14,8	14,9	13,1	10,1	53,6	55,5	18,6	19,6
<b>R.A.Açores</b>	21,4	17,9	17	14,1	48,6	54,8	13	13,3
<b>R.A.Madeira</b>	19,1	16,4	15,9	12,3	51,3	56,2	13,7	15

INE: Censos 2011 21

20 Taxa de variação =  $\frac{Pop. resid2011 - Pop. resid2001}{Pop. resid2001}$   
 INE (2012) – Censos 2011 – resultados definitivos. Lisboa, INE  
 21 INE (2011) – Censos 2011 – Resultados provisórios. Lisboa, INE

FIGURA 12 - TAXA DE ACTIVIDADE DA POPULAÇÃO22



In: *Censos 2011* (INE, 2012)

A variação negativa e o despovoamento são as faces da mesma moeda onde se inscrevem ainda o desemprego, o envelhecimento e a dependência da população: os idosos, nas suas condições de existência e de vida; os mais jovens, na sua vida escolar e laboral; os adultos, na procura e defesa dos postos de trabalho que lhes permita suportarem os encargos do estado social. Tal como a distribuição da população no território, em 2011, também o estado civil e a sua capacidade de procriação estão repartidos da forma distinta nas diversas NUTS III. No seu todo, a população casada representava 46,6% da população residente e a população solteira, 40,4% do total.

As imagens territoriais construídas pela distribuição da população mais idosa, denunciando menores perspectivas de crescimento e de inovação social, podem ser completadas com indicadores breves da escolarização da população residente. Neste caso tomando como referência a população dos 20-24 anos que completara o ensino secundário, a média nacional era de 61%.

22  $T. \text{actividade} = \text{Pop. empregada} / \text{Pop.} > 15 \text{ anos} \times 100$

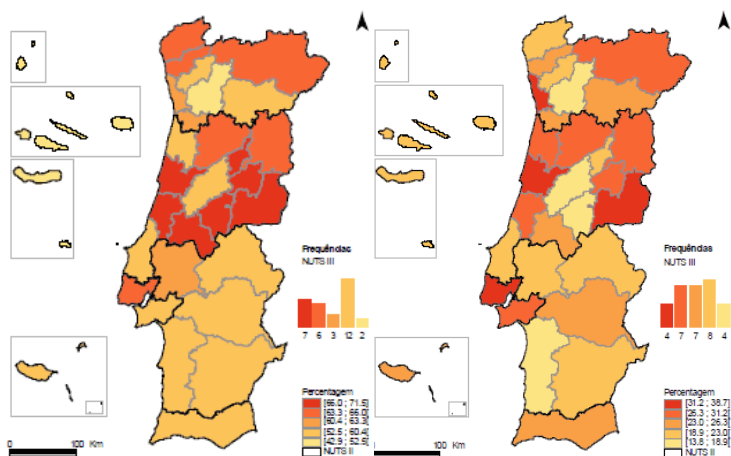
**TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O ESTADO CIVIL E SEXO 2011**

	Solteiro		Casado		Divorciado		Viúvo	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
<b>Portugal</b>	4278259	2205991	4916317	2451112	594713	200000	772325	144270
<b>Continente</b>	4050779	2087476	4691926	2339196	568435	200000	735943	138628
<b>Norte</b>	1451235	741712	1825350	908756	167389	68788	245635	47194
<b>Centro</b>	858390	447123	1155723	576345	117758	50172	195701	37760
<b>Lisboa</b>	1257409	638798	1162926	579914	210327	82857	191037	33414
<b>Alentejo</b>	289122	155952	356936	178561	40347	18238	70786	14009
<b>Algarve</b>	194615	103891	190992	95620	32614	14238	32784	6251
<b>R.A.Açores</b>	106470	57463	111190	55583	12650	5822	16436	2665
<b>R.A.Madeira</b>	121010	61052	113201	56333	13628	5899	19946	2977

INE, Censos 2011

Quanto à população com grau de ensino superior, entre os 30-34 anos, a nível nacional esse valor atingia os 29%, registando Lisboa um valor bem superior à média, de 36%. Ambos apresentam acréscimos face aos valores da década anterior.

**FIGURA 13 - POPULAÇÃO 30-34 ANOS, COM GRAU DE ENSINO SECUNDÁRIO E ENS. SUPERIOR: 2011**



In: INE, 2012<sup>23</sup>

O conjunto de aspectos ora assinalados permitem realçar as situações de dependência demográfica de natureza geracional, laboral e educacional,

23 INE (2012) – Censos 2011 – resultados definitivos. Lisboa, INE



com expressão diferenciada por regiões, mas com resultados semelhantes no sistema social português. No seu conjunto, os diversos indicadores decalcam as assimetrias espaciais, as dualidades sociais e a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento e de fadiga económica, bem como a capacidade inovadora dos territórios onde se concentra a população com maior nível de instrução de nível secundário e superior.

Tomando ainda como referência a análise da estrutura etária, a redução da população jovem traduz-se num acréscimo dos Índice de envelhecimento da população, que em 2011 atingiu o valor de 127,84 ou seja, por cada 100 jovens contavam-se 128 idosos. Nas NUTII do Algarve, Centro e Alentejo, os valores eram, respectivamente, 131,0%; 163,4% e 178%. Nas demais NUTII do continente a situação era a seguinte: Norte – 113,3% e Lisboa – 117,3%. Já na RAAçores, esta relação era de 73,3% e na RAMadeira, de 90,7%.

Outras implicações da estrutura demográfica da população residente fazem-se sentir no cálculo do Índice de rejuvenescimento da população activa, indicador que traduz o nº de admissões no mercado de trabalho em função dos que dele se ausentam. Reportando-nos apenas aos dados de natureza demográfica, regista-se que em 2011 este indicador era de 94,3%, enquanto no início da década anterior, em 2001, tal valor atingia os 143,5% (INE, 2012<sup>24</sup>). No continente português é deficitário: em 2011 a média em Portugal era 94,3%; no Norte – 98,3%; Centro – 86%; Lisboa – 94,1%; Alentejo – 84,4% e Algarve - 90,6%. Já nas R.A dos Açores e da Madeira, o total de residentes e a sua estrutura etária, superior a 100%, permite essa substituição: respectivamente RAAçores – 144,9% e RAMadeira – 118,7%.

Igualmente relevante é o Índice de sustentabilidade potencial<sup>25</sup>, que expressa o nº de indivíduos em idade activa, por cada idoso. Este valor baixou de 4,1 % em 2001 para 3,5 % em 2011. De acordo com as estimativas do INE (2014) este índice de sustentabilidade potencial poderá diminuir de forma acentuada, “passando para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos em 2060”<sup>26</sup>.

Estas são algumas das referências que importa assinalar e que dão conta das conseqüências imediatas da evolução e do estado da população portuguesa. Como em tempo assinalou Orlando Ribeiro (1970):

---

24 INE (2012) – Censos 2011 [http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=150331034&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150331034&att_display=n&att_download=y). 5DEZ13

25 Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa (10<sup>2</sup>) com 65 ou mais anos).INE <http://smi.ine.pt/Conceito/Detailbes/2457> 29DEZ14

26 INE (JUL2014) [http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=218948085&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=218948085&att_display=n&att_download=y). 29DEZ14

“A ‘pequena casa lusitana’ tem, na exiguidade da área, na pobreza do solo, na abundância e fecundidade das gentes, a limitação natural das suas possibilidades de povoamento. Somos muitos, seremos cada vez mais, e somos pobres. Melhorar o rendimento das culturas, desenvolver a indústria e aproveitar as riquezas naturais, será a maneira de atenuar as taras da terra e da grei. Mas para isso, é preciso ver com largueza os problemas da população”. Trata-se de mais um desafio que nos dias de hoje ganha maior pertinência e actualidade face aos indicadores encontrados e às suas implicações na sociedade actual e gerações futuras e que emergem na evolução antiga e recente da população portuguesa.

Os dados recolhidos quando do censo de 2011 confirmam outros aspectos da desarticulação territorial – também social - marcada pela distribuição, evolução e movimentos da população, conjuntamente com a crescente urbanização do litoral em detrimento da faixa mais interior do país. Tal sucede em resultado das condições geográficas naturais devido à natureza do relevo e do solo, às condições climáticas e tipo de cultura e aos padrões de distribuição humana mais antigos, assentes em razões históricas e de acessibilidade física. O aproveitamento destas condições nas décadas que nos antecederam permitiu a confirmação deste padrão; as políticas de ordenamento territorial e social, ampliaram-no.

Tendo presente os dados do INE (2012), referem-se os municípios que embora mais povoados entre 2001 e 2011, registaram uma variação mais significativa da sua população.

Dos que ganharam novos habitantes, destacam-se:

- Cascais	+ 35796	indivíduos
- Braga	+ 17302	“
- Sintra	+ 14086	”
- V. N. Gaia	+ 13546	“
- Almada	+ 13205	“
- Matosinhos	+ 8452	“
- Loures	+ 5995	“

Por sua vez, perderam habitantes:

- Porto	- 25540	indivíduos
- Lisboa	- 16924	“
- Amadora	- 736	“

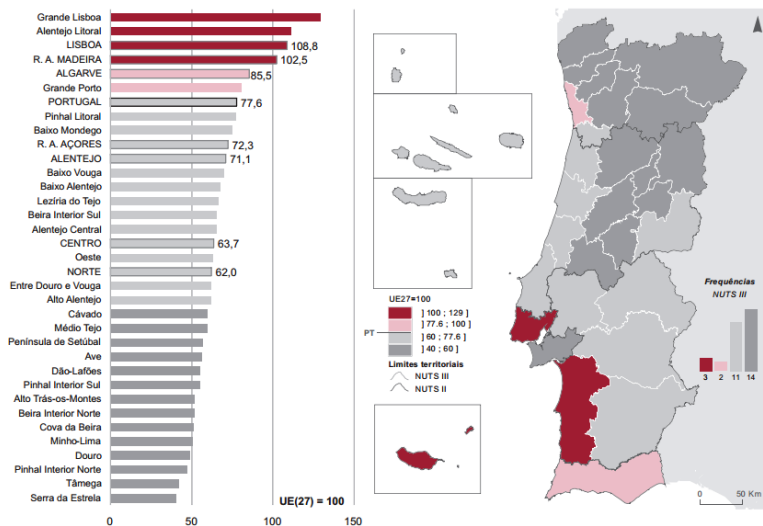
A descrição anterior, só por de si reveladora de diferentes assimetrias espaciais com elas relacionadas, configuram outro tipo de desequilíbrios como os que decorrem da própria estrutura produtiva, igualmente desarticulada no território nacional. Assim o revela a repartição regional do PIB/per-capita ao nível das diferentes NUTIII, reflexo da própria competitividade regional. Factores internos e externos estão na origem da quebra de actividades tradicionais relacionadas com os sectores Primário e Secundário, com a terciarização crescente da nossa sociedade, a mobilidade

humana, a desertificação do nosso território, o despovoamento geográfico e a dependência extrema dos mercados exteriores.

Estas situações traduzem-se num conjunto de assimetrias espaciais que confirmam os desequilíbrios territoriais, sociais e humanos que afectam o nosso território e sociedade.

**FIGURA 14 - PIB PER CAPITA EM PARIDADES DE PODER DE COMPRA**

(UE27 = 100), Portugal, NUTS II e NUTS III, 2008 | Figura III.1



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

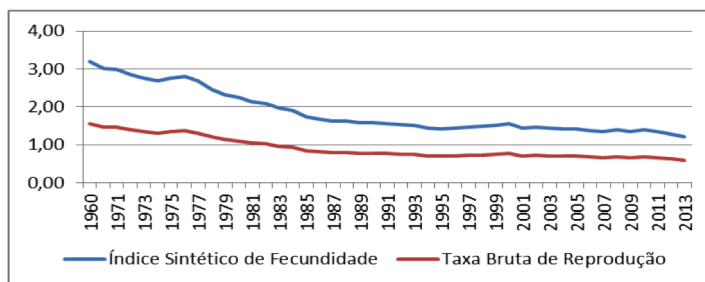
In: INE, 2009

Outros factores são de considerar. Entre eles e tal como foi assinalado, a regeneração da população activa é um deles sendo a sua redução presente uma consequência do arrefecimento demográfico e também económico, do sistema social e produtivo nacional. Estes desafios, assentes em perspectivas diferenciadas mas complementares relacionadas com o território e o espaço de representação e vivência das novas realidades demográficas e sociais do país, justifica uma visão integrada da nossa grei e sociedade. Mais ainda, a construção de um outro modelo de crescimento e contrato social que tenha em conta os diversos cenários sugeridos pelos dados dos últimos recenseamentos.

Complementarmente ao já assinalado transcrevem-se os valores referentes à evolução do Índice sintético de fecundidade e da taxa bruta de reprodução em Portugal, em quebra no decurso das três últimas décadas. Este é o período em que a transição da fecundidade ganha maior expressão

nos seus valores e efeitos sobre a sociedade, acentuando as áreas de maior dependência do nosso território.

**FIGURA 15 – INDICADORES DE CRESCIMENTO HUMANO**



In: PORDATA<sup>27</sup>

Note-se que a transição da fertilidade para valores que não asseguram a renovação da população sucede ao modelo de racionalidade familiar, em que a procriação natural deixa de garantir a unidade de subsistência e sobrevivência da família mantida durante séculos. Esta foi a fase natalista, afectada pelas mudanças operadas com a revolução industrial e mudança social dela decorrente. A partir de então as condições laborais que levaram à concentração das populações rurais nas bacias mineiras e industriais, bem como nos centros urbanos próximos, deram origem a uma primeira quebra dos valores de natalidade. Sequencialmente esta acentuou-se face à empregabilidade e emancipação da mulher, situação que conduziu a uma fase de racionalidade laboral – fase trabalhista – em que o número de filhos passa a estar dependente das possibilidades financeiras e de tempo de trabalho do casal.

Embora tais condições persistam na actualidade, as quebras registadas pertencem à fase típica de consumismo-dependência em que as preocupações com a natalidade acompanham os novos padrões de sobrevivência familiar e a escolha de “um número ideal de filhos numa família”. O Inquérito à Fecundidade (INE, 2013)<sup>28</sup> regista-o da seguinte forma: “Em média, as pessoas têm 1,03 filhos, pensam vir a ter no máximo 1,77 filhos, e desejariam ter 2,31 filhos”. Para tanto (op. cit.), “aumentar os

27

<http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Indice+sintetico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+d e+reproducao-416>

28 INE (2013) – Inquérito à fecundidade (primeiros resultados) INE, 2013

[http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=208478593&att\\_display=n&att\\_download=y](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=208478593&att_display=n&att_download=y). 6 de ABR14

rendimentos das famílias com filhos”, foi a medida considerada como o mais importante incentivo à natalidade.

Pelo seu interesse transcrevem-se, da mesma fonte (INE, op. cit.) os três principais grupos de respostas a estas questões:

- “Aumentar os rendimentos das famílias com filhos” (que incluía, por exemplo, “Reduzindo impostos sobre famílias com filhos”, “Aumentando as deduções fiscais para quem tem filhos”, “Aumentando subsídios relacionados com educação, saúde, habitação, alimentação”);

- “Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias”, (que incluía, por exemplo, “Oportunidade de trabalho a tempo parcial”, “Períodos de licenças de maternidade e paternidade mais alargados”, “Flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas”);

“Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais” (que incluía, por exemplo, “Criar mais centros de atividades de tempos livres (ATL) fora dos horários escolares e durante as férias”, “Alargar o acesso a creches e jardins-de-infância para quem tem filhos pequenos”, “Assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL”).

De acordo com os resultados deste inquérito (op. cit.), as pessoas que vivem em áreas densamente povoadas desejam ter, em média, mais filhos do que as que vivem em áreas menos povoadas. A essência deste projecto leva-nos a considerar o ordenamento territorial como um imperativo do ordenamento social, e este como factor promotor do crescimento da sociedade portuguesa. Contudo as perspectivas de mobilidade das gerações adultas e das novas gerações, tendem a agravar as dependências já descritas e as demais que o tempo tenderá a agudizar.

A análise da situação presente sugere que a acção política conducente à mudança, baseada num novo contrato social e demográfico, venha a ganhar com a valorização do ser humano e do cidadão, alvo das políticas públicas de crescimento e de sustentabilidade social. Reforça-se ainda com a partilha destas responsabilidades aos demais actores sociais - associações, sindicatos, autarquias, instituições de solidariedade social e outras -, que tendo em atenção as questões da população, permitam atenuar os efeitos de um crescimento negativo da população portuguesa.

Esta situação sugere a necessidade de um novo contrato social com garantias da fixação da população jovem-adulta em idade de procriação; o acréscimo da fecundidade dos casais e a satisfação de muitas questões associadas à evolução do mercado de emprego, à sua diferenciação e alargamento; à inovação social e cultural; ao estabelecimento de metas que evitem o agravamento da nossa recessão populacional e activa.

A racionalidade de tais medidas passa ainda pelo não agravamento das condições de despovoamento estrutural do território; pelo equilibrar da balança demográfica e da contabilidade social (o deve-haver dos

movimentos naturais e dos movimentos migratórios); pela consistência de propostas e iniciativas ajustadas no tempo e no espaço em consonância com o tempo presente.

Neste domínio os movimentos migratórios e o incentivo à fixação de imigrantes e seus familiares podem ser considerados como úteis à renovação das próximas gerações. Não havendo capacidade de um auto-rejuvenescimento da base da nossa pirâmide etária - por acréscimo de nados-vivos ou por acolhimento de novos habitantes -, resta-nos encontrar soluções que não agravem as condições de saída da população jovem e de dependência em que nos situamos. O conjunto destas questões evoca a necessidade da consulta do Livro Verde da Comissão Europeia (2005) relativo às mudanças demográficas no espaço europeu. Aí foi recomendada especial atenção ao crescimento demográfico, ao equilíbrio entre gerações, à transição entre ciclos de vida.

A apropriação de um espaço vital como indispensável à marcha da humanidade e às relações da sociedade com o meio físico e social, considera como inevitável o contributo do homem na resolução das questões por ele criadas. Assim, se é certo que “o homem apodera-se e restitui simultaneamente; o meio dá, mas também recebe” (Fernandes Martins),<sup>29</sup> espera-se o empenho e o contributo de diversos actores, entidades e organizações sociais nas tarefas de (re)construção do território e da nossa sociedade.

A ameaça por outras causas, ambientais e internas, ligadas às alterações climáticas conjuntamente com as do inverno demográfico, exigem compromissos da humanidade há muito esquecidos. Em simultâneo, devem permitir a abertura:

- às boas práticas institucionais que privilegiem a afirmação de uma cultura permanente e de uma visão integrada da sociedade e da relevância dos problemas populacionais, nomeadamente a fertilidade, o envelhecimento, o desemprego, a inclusão social e a mobilidade humana;
- à solidariedade intergeracional, familiar e social que privilegie a responsabilidade, a inclusão e o respeito da pessoa humana, como pilares fundamentais da nossa sociedade;
- o respeito pelos direitos humanos e de cidadania, da população portuguesa.

Outros compromissos podem vir a ser assumidos no decurso deste processo de ajustamento populacional.



---

29 “Introdução”. in: *La Blache, Vidal (1954)*

### III – Dimensão temporal

A dimensão temporal de análise dos fenómenos geográficos, em particular os que respeitam à geografia da população, deve ser entendida tanto na sua marcha próxima como na sua dimensão prospectiva. Isso obriga-nos a ter em conta os fenómenos sociais e totais (Gurvitch) e a sua expressão nas diferentes camadas da nossa sociedade – também nos diferentes contextos geográficos que lhe andam associados – e os possibilismos que podem afectar a sua evolução futura.

Pela sua oportunidade recorremos a um escrito de D. António Costa (1855) sobre a população:

“o mundo não é outra cousa mais do que a população. É a ella que deve a sua existência, a sua felicidade, o seu progresso a sua civilização, a sua vida enfim multiplicada em milhares de ramos. À população devem as sciências as suas descobertas, as artes o seu brilhantismo e as nações a sua independência”.

Nesta linha de pensamento damos particular relevância a situações demográficas directamente relacionadas com o estado e o estudo da população portuguesa, tais como as que decorrem dos ensinamentos da geografia humana e social ligados à evolução da população, à esperança de vida e às estimativas de crescimento populacional operadas num cenário espacial, o território português.

O conhecimento dos fenómenos da população e da sua projecção futura deve ajudar-nos a preparar o inverno demográfico português com os problemas daí decorrentes affectos à baixa da fecundidade e ao aumento da população idosa e da mobilidade humana, entendida como uma procura e compensação da diversidade geográfica em meios, recursos, bens, rendas e oportunidades de melhoria de vida dos cidadãos migrantes. Daqui decorre a evolução da nossa população e a construção de cenários distintos sobre a sua evolução. Para tanto, conta com a variação conjunta dos movimentos naturais, em particular a que respeita às componentes da fecundidade e da mortalidade e à evolução dos movimentos migratórios que irão condicionar o crescimento dos habitantes.

Temos presente que os fenómenos demográficos, como fenómenos sociais e totais, revestem-se de diferentes dimensões de análise nos domínios da educação, saúde, protecção social, entre outros. Envolvem ainda outros aspectos traduzidos na sua distribuição, difusão e mobilidade espacial. A atenção a estas dimensões interfere na carga demográfica e populacional actual, na sua capacidade reprodutiva e na sustentabilidade geracional das actividades económicas e da vivência humana. Em boa verdade as assimetrias espaciais da população acompanham-se de

contrastes sociais e culturais, de potenciais reprodutivos distintos e de leituras diferenciadas da dimensão das questões demográficas, de projectos de sociedade, das opções estratégicas e dos seus contextos.

De forma diferente mas bem expressiva no todo nacional é a geografia da dependência da população portuguesa e a necessidade decorrente de uma nova visão e planeamento do espaço nacional baseado em contratos de sustentabilidade laboral e de natureza intergeracional, que valorizem o homem como centro das políticas sociais e do envelhecimento activo. A situação de fadiga burocrática e fiscal, bem como o ócio forçado – e já alcançado - que muitos cidadãos estão a viver, tende a alterar-se em função do agravamento dos desequilíbrios demográficos e de outros que o tempo poderá vir a agudizar. Neste sentido as opções actuais devem fomentar dinâmicas regionais e locais, as aspirações da população, a integração das medidas e dos resultados, a avaliação contínua e partilhada das decisões, que cabendo a alguns tomar, são reflectidas no conjunto da sociedade.

Os efeitos de medidas a favor da população e do seu crescimento só têm a ganhar se tomarem em consideração o todo nacional, promovendo uma visão global e integrada dos seus problemas, seguindo uma modelização multisectorial e sistémica, em consonância com a situação da UE e a sua evolução no tempo. Tal obriga-nos a olhar para além das nossas fronteiras e a encarar os fenómenos demo-sociais no quadro de uma economia aberta, em que a mobilidade deve ser encarada não como solução única, mas sim como um compromisso a juntar a outras situações decorrentes da promoção e valorização dos factores endógenos, disponíveis no país.

Tendo em conta a situação portuguesa reconheceu o INE<sup>30</sup> na apresentação do trabalho sobre as estimativas da população, 2012-2060, o seguinte:

“A população residente em Portugal tenderá a diminuir até 2060, em qualquer dos cenários de projecção. No ‘cenário central’ a população diminui de 10,5 milhões de pessoas, em 2012, para 8,6 milhões de pessoas, em 2060. Para além do declínio populacional esperam-se alterações da estrutura etária da população, resultando num continuado e forte envelhecimento demográfico. Assim, entre 2012 e 2060, o índice de envelhecimento aumenta de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, no ‘cenário central’. Nesse mesmo período e cenário, o índice de sustentabilidade potencial passa de 340 para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos.”

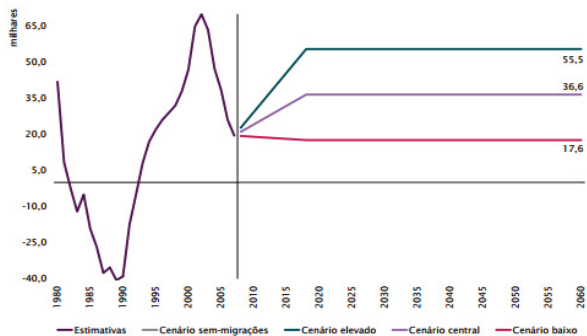
---

30 INE (2014) – *Projeções de população residente 2012-2060* In:

[http://www.ine.pt/portal/portal/main?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_accao=PESQUISAR&frm\\_shown\\_page\\_num=1&frm\\_modos\\_pesquisa=PESQUISASIMPLES&frm\\_texto=envelhecimento+demografico&frm\\_modos\\_texto=MODO\\_TEXTO\\_ALL&frm\\_data\\_ini=&frm\\_data\\_fim=&frm\\_tema=QUALQUE\\_R\\_TEMA&frm\\_area=0\\_ine\\_area\\_Destaques&xlang=pt 5.ABR14](http://www.ine.pt/portal/portal/main?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_shown_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISASIMPLES&frm_texto=envelhecimento+demografico&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUE_R_TEMA&frm_area=0_ine_area_Destaques&xlang=pt 5.ABR14)



**FIGURA 16 - PORTUGAL: SALDO MIGRATÓRIO 1980-2060 (VALORES REAIS E PROJECTADOS)<sup>31</sup>**



In: INE (2009)

Nesse estudo, realizado em colaboração com a Fundação Francisco Manuel dos Santos<sup>32</sup>, a projecção da população portuguesa entre 2010 e 2030, assenta na construção de diferentes cenários (INE<sup>33</sup>), com base no nº de residentes em 2011 e da conjugação de diferentes factores<sup>34</sup> elaborados:

- a partir da dinâmica e das tendências demográficas mais recentes;
- da participação de população estrangeira ou seja, da imigração;
- dos movimentos de saída identificados com a emigração.

Não havendo alterações da natalidade e da mortalidade, esta evolução traduzir-se-á na perda de habitantes, no acentuar da redução de jovens e no acréscimo dos idosos, cenário que pode variar em função da componente migratória. No tempo próximo a esta análise, a tendência é para um crescimento negativo da população portuguesa.

Para além da situação actual, refere esse estudo (INE, 2014):

“Os resultados obtidos são condicionados, por um lado, pela estrutura e composição da população no momento de partida (2012) e, por outro, pelos diferentes padrões de comportamento da fecundidade, da mortalidade e das migrações, estabelecidos em cada uma das hipóteses, que

31 INE (2009) – *Projeções de população residente em Portugal: 2008-2060*. Lisboa, INE

32 Fundação Francisco Manuel dos Santos (...) - *Projeções 2030 e o futuro*. Lisboa, FFMS (“Projeções” – M.F.Mendes e M.J.Valente Rosa). In: <http://www.apdemografia.pt/ficheiros/1550387535.pdf> 8.ABR14

33 INE (2014) – *Projeções de população residente 2012-2060* In:

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_accao=PESQUISAR&frm\\_sbow\\_page\\_num=1&frm\\_modulo\\_pesquisa=PESQUISA\\_SIMPLES&frm\\_texto=envelhecimento+demografico&frm\\_modulo\\_texto=MODULO\\_TEXTO\\_ALL&frm\\_data\\_ini=&frm\\_data\\_fim=&frm\\_tema=QUALQUE\\_R\\_TEMA&frm\\_area=o\\_ine\\_area\\_Destaques&xlang=pt](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_sbow_page_num=1&frm_modulo_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=envelhecimento+demografico&frm_modulo_texto=MODULO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUE_R_TEMA&frm_area=o_ine_area_Destaques&xlang=pt) 5.ABR14

34 De acordo com o estudo do INE (2009, 5), os quatro cenários têm como referência: “o cenário central que conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos, o cenário baixo, o cenário elevado e um cenário sem migrações, este último com objectivos de comparação com os restantes cenários”.

por sua vez se articulam em cenários de projeção, ao longo de todo o período de 2013 a 2060, não contemplando porém o impacto de outras circunstâncias exógenas. Aos resultados assim obtidos está associado um carácter condicional do tipo “se ... então ...”, pelo que estes não devem ser apropriados enquanto previsões.”

Completando esta descrição, o estudo do INE (2014) regista ainda as alterações estruturais em curso nas próximas décadas<sup>35</sup>:

“Face ao decréscimo da população em idade ativa a par do aumento da população idosa, o índice de sustentabilidade potencial (i.e., do quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos) poderá diminuir de forma acentuada: em Portugal, entre 2012 e 2060, este índice passará de 340 para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos, no cenário central, valor que pode reduzir-se até 111 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos no cenário baixo.”

Os cenários descritos pelo INE a nível das diferentes NUTII, permitem construir uma imagem mais precisa sobre a realidade previsível em função da variação do ISF, da esperança de vida à nascença e dos saldos migratórios. Os dados apresentados tomam por base três cenários distintos: baixo, central e elevado, construídos pela conjugação das três componentes de variação: fecundidade, mortalidade e migrações. A descrição dos diversos cenários é assim descrita (INE, 2008, 17):

“A conjugação das hipóteses alternativas à evolução futura de cada componente permite definir cenários de projecção da população, tendo sido definidos quatro cenários no presente exercício: cenário baixo (neste cenário foram consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, central para a mortalidade e manutenção de saldos migratório negativo); cenário central (neste cenário foram consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade e da mortalidade e a passagem para saldos migratórios positivos); cenário alto (cenário que resulta da combinação das hipóteses de evolução optimista da fecundidade e da mortalidade e passagem a saldos migratórios positivos); cenários sem migrações (um cenário idêntico ao cenário central, mas que contempla a possibilidade de não ocorrência de migrações).”

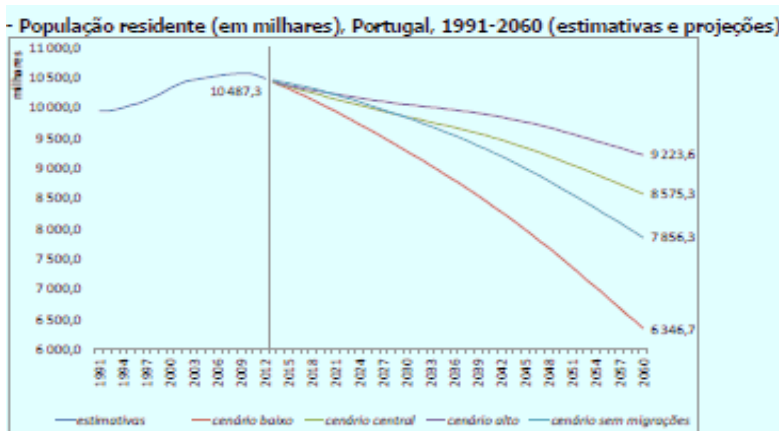
Dada a imprevisibilidade dos fenómenos de mobilidade humana é ainda considerado um cenário distinto sem migrações. Neste caso a situação parte da construção do “cenário central”<sup>36</sup>, reduzindo a zero a componente migratória.

---

35 INE: *Projeções de população residente 2012-2060* (2014). In:file:///C:/Users/User/Downloads/28ProjPopResidPortugal2012-2060.pdf 13M.A114

36 A Metodologia usada pelo INE (2009, 8) refere que o “cenário central conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos”.

FIGURA 17 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO



In: INE, 2014<sup>37</sup>

Da conjugação das diversas componentes resulta a construção de vários cenários que apontam para valores diferenciados – inferiores aos da actualidade - da população portuguesa nos meados deste século. No que à evolução das componentes diz respeito, o INE esclarece:

- as hipóteses de variação da fecundidade situam-se entre os valores actuais, próximos de 1,3 e um valor máximo de 1,8 no final do período;
- a esperança de vida média atende ao acréscimo desta em cerca de 5 anos a mais para a população masculina (82,3 anos no final do período) e feminina (89,4 em 2060);
- os saldos das migrações consideram um saldo de 55,5 milhares de indivíduos no final do período, num cenário alternativo à inexistência dos movimentos migratórios.

Daí que as projecções para 2060 apontem para valores mínimos de 8,1 Milhões de habitantes - num cenário central para as componentes de fecundidade e de mortalidade -, sem migrações, valor que pode ascender a 8,9 Milhões de habitantes num cenário baixo, com efeitos das migrações na fecundidade.

Por sua vez o valor de 11,9 Milhões, em que se conjugam um maior volume de migrações e um aumento da fecundidade é o valor considerado num cenário mais elevado.

37 INE (2014) – Projecções de população residente 2012-2060 In:

[http://www.ine.pt/sportal/smain?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_accao=PESQUISAR&frm\\_cho w\\_page\\_num=1&frm\\_modos\\_pesquisa=PESQUISA\\_SIMPLES&frm\\_texto=envelhecimento+demografico&frm\\_modos\\_texto=MODO\\_TEXTO\\_ALL&frm\\_data\\_ini=&frm\\_data\\_fim=&frm\\_tema=QUALQUE R\\_TEMA&frm\\_avea=o\\_ine\\_avea\\_Destaques&xlang=pt 5.ABR14](http://www.ine.pt/sportal/smain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_cho w_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=envelhecimento+demografico&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUE R_TEMA&frm_avea=o_ine_avea_Destaques&xlang=pt 5.ABR14)

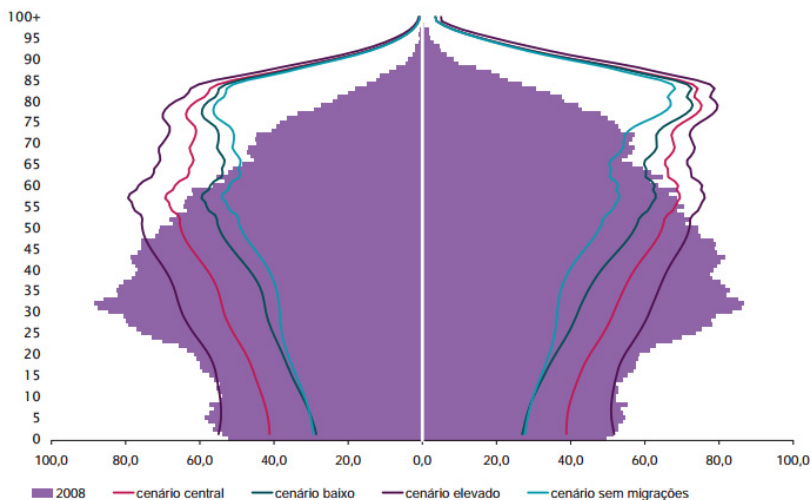
**FIGURA 18 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO II**

Cenários	ISF		EMVn-	EMV-	EMV-	EMV-	S/Mig.	S/Mig.	S/Mig
	2008	2060	H	M	M	M	2008	2018	2060
Baixo	1,3	1,3	75,4	82	82,3	87,9	19330	17623	17623
Central	1,3	1,6	75,4	82	82,3	87,9	21053	36584	36584
Elevado	1,3	1,8	75,4	81	83,5	89,4	22778	55547	55547
s/mig.	1,3	1,6	75,4	82	82,3	87,9	0	0	0

*Legenda: ISF: Índice sintético de fecundidade; EMV/n: Esperança média de vida à nascença; S/Mig.: s/ migrações; H. Hommes; M: Mulheres*

Em quaisquer dos cenários referidos é de acentuar o aumento do grau de dependência demográfica da geração actual e das futuras, face aos movimentos da população. Tal facto mostra como os sistemas económico e social do país estão condicionados pela mão conjunta da demografia, do empreendedorismo social, da evolução económica e das relações intergeracionais a estabelecer. Contudo, decorridos vários anos sobre o ano base das presentes projecções, verifica-se que a evolução portuguesa se tem posicionado num nível substancialmente inferior ao do cenário baixo (valores do ISF inferiores a 1.3 e saldos migratórios negativos). Trata-se portanto de uma realidade aquém das projecções mais negativas, que poderá agravar-se no futuro.

**FIGURA 19 - PIRÁMIDES ETÁRIAS I (2008-2060)**



*In: INE (2009)*

Tomando como referência os dados projectados, o traçado da pirâmide da população portuguesa, em 2060, surge em forma de “cogumelo”, comprovando o estado de envelhecimento nessa data. E a meio século de distância haverá possibilidade de corrigir tantos e tantas assimetrias físicas que enferma o território nacional? Resta apelar à mão humana e às decisões da política social, laboral e económica para que possam suavizar este panorama.

**TABELA 8 - CENÁRIOS DA POPULAÇÃO**

Portugal e NUTS II	Cenários de projeção	Índice Sintético de Fecundidade		Esperança de vida à nascença				Saldo migratório	
		2012	2060	2010-2012		2060		2012	2060
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
		n°		anos				n°	
Portugal	Baixo	1,28	1,30	76,7	82,6	84,2	89,9	- 37 352	- 19 289
	Central		1,55			84,2	89,9		19 493
	Alto		1,80			86,4	92,2		19 493
	Sem Migrações		1,55			84,2	89,9		
Norte	Baixo	1,15	1,25	77,1	82,9	84,0	89,7	- 16 863	- 7 989
	Central		1,51			84,0	89,7		3 852
	Alto		1,76			86,3	92,1		3 852
	Sem Migrações		1,51			84,0	89,7		
Centro	Baixo	1,19	1,25	77,1	82,9	84,5	90,1	- 8 139	- 3 773
	Central		1,51			84,5	90,1		3 941
	Alto		1,76			86,7	92,4		3 941
	Sem Migrações		1,51			84,5	90,1		
Lisboa	Baixo	1,51	1,40	76,5	82,5	83,7	89,6	- 8 599	- 5 142
	Central		1,66			83,7	89,6		7 670
	Alto		1,86			86,0	91,9		7 670
	Sem Migrações		1,66			83,7	89,6		
Alentejo	Baixo	1,33	1,30	76,4	82,0	84,0	89,5	- 1 910	- 1 363
	Central		1,56			84,0	89,5		976
	Alto		1,81			86,2	91,9		976
	Sem Migrações		1,56			84,0	89,5		
Algarve	Baixo	1,43	1,35	76,4	82,9	83,8	90,1	- 942	- 290
	Central		1,61			83,8	90,1		2 139
	Elevado		1,86			86,0	92,3		2 139
	Sem Migrações		1,61			83,8	90,1		
R. A. Açores	Baixo	1,34	1,32	72,8	79,9	80,7	87,5	- 133	- 324
	Central		1,58			80,7	87,5		277
	Alto		1,83			83,3	90,0		277
	Sem Migrações		1,58			80,7	87,5		
R. A. Madeira	Baixo	1,08	1,19	73,2	80,3	81,3	87,5	- 766	- 408
	Central		1,45			81,3	87,5		638
	Alto		1,70			83,8	89,9		638
	Sem Migrações		1,45			81,3	87,5		

In: INE, 2014<sup>38</sup>

Por outro lado as possibilidades de intervenção abertas pelo conhecimento científico actual, podem ajudar a identificar os vectores principais que vão acompanhar a sua evolução próxima, num tempo e espaço determinados, com efeitos sobre a actual e as gerações vindouras. Esta é uma questão que se coloca a nível nacional e europeu<sup>39</sup>, que atinge ainda outros países e contextos estratégicos do globo. Uma situação que associa muitas outras questões que se irão acentuar relacionadas com a sustentabilidade dos nossos sistemas demográfico, económico, assistencial e de saúde. Não sendo um problema actual, evoca-se uma descrição de Nazareth (1988, 6) onde estas questões foram enunciadas:

“Na realidade, encontrando-se Portugal numa fase em que o declínio da mortalidade está a caminhar para uma estabilização, o declínio da fecundidade se processa a um ritmo acentuado, a emigração diminui nos últimos anos, o retorno aumenta, os movimentos migratórios internos são muito importantes, várias são as hipóteses que se pode admitir.” Contudo, como acima descrito, todas elas convergem para a redução efectiva de habitantes da nação portuguesa.

Nestas circunstâncias os ajustamentos relativos à evolução e recomposição da população e dos sectores de actividade económica – cujos efeitos de farão sentir sobre a sustentabilidade do Estado social - passam por diversos factores (cf: European Commission, 2011, 69), nomeadamente os que se relacionam com a duração do ciclo de vida escolar; a função e participação da mulher em casa e no trabalho; o movimento natural da população; a idade de saída do mercado de trabalho; o crescimento económico, produtividade, capacidade de inovação e mobilidade da população, no sentido de garantir os actuais e futuros postos de trabalho. Nesta situação importa atender às relações conjuntas entre a demografia, o sistema económico e a nova revolução reprodutiva, entendidas como vértices de uma triangulação na qual assenta a evolução futura da nossa sociedade.

O alerta lançado por Nazareth (op. cit.) sobre a realidade nacional está de acordo com o mesmo assunto tratado no Livro Verde da Comissão Europeia (2005), o qual reforça a necessidade da solidariedade intergerações assente nos seguintes pilares:

- melhor integração escolar, social e laboral das gerações mais novas;
- visão integrada do “ciclo de vida” activo;
- valorizar o papel da população ‘sénior’;

---

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_pesquisa&frm\\_accao=PESQUISAR&frm\\_sbn\\_page\\_num=1&frm\\_modos\\_pesquisa=PESQUISA\\_SIMPLES&frm\\_texto=envelhecimento+demografico&frm\\_modos\\_texto=MODOS\\_TEXTOS\\_ALL&frm\\_data\\_ini=&frm\\_data\\_fim=&frm\\_tema=QUALQUER\\_TEMA&frm\\_area=0\\_ine\\_area\\_Destaques&xlang=pt](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_sbn_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=envelhecimento+demografico&frm_modos_texto=MODOS_TEXTOS_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=0_ine_area_Destaques&xlang=pt) 5.ABR14

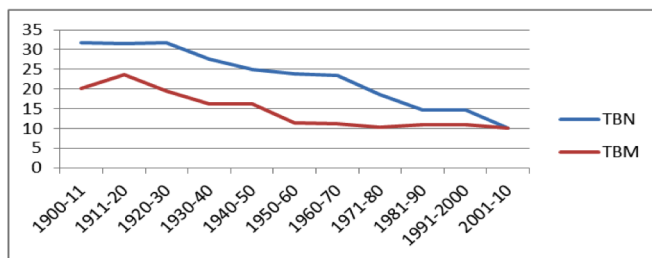
39 [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product\\_details/publication?p\\_product\\_code=KS-RA-11-019~/ABR14](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KS-RA-11-019~/ABR14)

- promover a solidariedade entre as populações mais idosas.

Neste sentido defende o referido documento (op. cit.): “Les familles devront donc être soutenues davantage qu’aujourd’hui. C’est le rôle des services sociaux et des réseaux de solidarité et des soins au sein des communautés locales.” Esta evolução faz-se acompanhar da alteração da estrutura da população residente, acentuando os efeitos do duplo envelhecimento geracional decorrente do défice de nascimentos e do acréscimo de idosos, tal como se verifica no traçado das pirâmides etárias. De acordo com este estudo, em 2030 é já estimada uma redução da população jovem e adulta, situação que se agrava em 2060, para aumentar a carga da população envelhecida (>65 anos). Trata-se de uma previsão que requer uma atenção redobrada sobre as questões da população em Portugal por via do envelhecimento da população, da evolução e do estado presente da nossa população, em particular no que respeita à sua composição, estrutura e mobilidade.

Os elementos estatísticos fornecidos pelos recenseamentos e completados com informações relevantes das “estatísticas demográficas”, permitem-nos conhecer as dinâmicas demográficas de uma evolução que acompanhou as diversas fases de uma evolução social e transição demográfica. Como registou Pressat (1979, 278): A “Teoria da Transição Demográfica” (T.T.D.) assenta na análise da “situação de uma população em que a natalidade e a mortalidade, ou pelo menos um destes fenómenos, baixaram dos seus valores tradicionais para se situarem em valores mais baixos associados a processos de ‘fecundidade dirigida’ e ao emprego de meios modernos de luta contra a mortalidade”.

**FIGURA 20 - TBN E TBM**



No que à população portuguesa diz respeito, a evolução das taxas de natalidade e de mortalidade segue uma aproximação progressiva desde o início do século passado, convergindo para valores próximos no decurso da actual centúria. Em 2013, a TBN foi de 7,9‰ e a TBM, de 10,2‰. Esta evolução traduz, a partir dos anos noventa, a entrada na “segunda transição

demográfica” (Lesthaeghe, 1994)<sup>40</sup> traduzida por diversos indicadores empíricos, tal como são referidos por este autor. Citamos:

- os que se prendem com a queda da fecundidade para valores inferiores aos que asseguram a “renovação das gerações”;
- adiamento da idade de nascimento do 1º filho para idade próxima da 3ª década de vida;
- aumento da percentagem de nascimentos ilegítimos e extraconjugais;
- acréscimo da coabitação e procriação nessas uniões;
- acréscimo da idade tardia do casamento;
- aumento de divórcios;
- aumento de famílias monoparentais;
- aumento da herança escolar e académica da mulher, traduzida no prosseguimento de estudos superiores e inserção laboral.

A situação nacional, retratada em estudo recente de Delgado e Wall (2014) sobre o estado das famílias em Portugal, evidencia situações distintas reveladas pelos dados dos censos de 2011, nomeadamente no que respeita ao declínio do Índice sintético de fecundidade, “a que estão associadas alterações no comportamento face à fecundidade” (op. cit., 30). A situação de não retorno que identifica a marcha de alguns destes indicadores em Portugal, é reforçada por condições nacionais e externas que ampliam os efeitos da difusão e incorporação de novas atitudes nos padrões de comportamento anteriores. Neste caso às alterações da fecundidade e da mortalidade e à acção das migrações, aliam-se os efeitos da situação económica e das assimetrias espaciais geradoras do “êxodo rural” e da emigração.

Em trabalho recente, Castro (2014), destaca a ligação entre o ambiente económico e os fenómenos da população (crescimento natural e crescimento migratório), acentuando a importância dos movimentos migratórios no processo de crescimento regional. Este sofre do declínio demográfico na sua relação com a prática laboral, o desemprego, a precarização da vida dos jovens e a incerteza quanto ao futuro, aspectos que são particularmente sentidos na faixa interior do país onde o fenómeno de despovoamento assume valores mais elevados.

Nestes casos, a disponibilidade e os stocks da população resultam dos movimentos naturais e das perdas demográficas, sendo que a diferença entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada (cf. resultados preliminares do Inquérito à Fecundidade, de 2013)<sup>41</sup>, acentua as diferentes

---

40 Lesthaeghe, R. (1994): *Una interpretación sobre la Segunda Transición Demográfica en los países occidentales. Demografía y políticas públicas.* EMAKUNDE. Vitoria, Instituto Vasco de la Mujer: 9-60.

Cit. Por Pérez Díaz In: <http://apuntesdemografia.wordpress.com/2011/08/26/la-segunda-transicion-demografica-en-van-de-kaa-y-lestabege/> 2MAIO14

41 INE (2013): *Inquérito à Fecundidade-2013 (primeiros resultados).* In:

[http://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfilen.jsp?look\\_parentBoui=208478593&att\\_display=n&att\\_download=y.16MA114](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfilen.jsp?look_parentBoui=208478593&att_display=n&att_download=y.16MA114)



situações de desenvolvimento do país. Como foi notado, a nível nacional as expectativas são elevadas, com o número de filhos alcançado a ser inferior ao desejado. Além disso (INE, 2013): “A maioria das pessoas sem filhos têm menos de 30 anos; é porém neste grupo etário que é mais elevada a proporção dos que pensam vir a ter 2 ou mais filhos.(...) A maioria das mulheres (51%) e uma grande percentagem dos homens (46%) tem filhos e não tenciona ter mais.”

Este relato assinala a predominância de factores externos que impedem que os valores da procriação sejam concretizados pelos respectivos casais (op. cit.): “Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se” é o motivo mais apontado para a decisão de ter filhos; “Custos financeiros associados a ter filhos” é a razão indicada para a decisão de não ter filhos; “Aumentar os rendimentos das famílias com filhos”, foi a medida considerada como mais importante para incentivo à natalidade.

A motivação para concretização da fertilidade ao nível do primeiro e de um segundo filho depende do cumprimento de um conjunto de expectativas sociais relacionadas com a satisfação das necessidades de confiança e permanência no sistema laboral, económico de segurança social e de saúde. Estes aspectos estão contidos nas respostas e sugestões dos casais inquiridos (op. cit.) e podem ser agrupadas em três eixos de intervenção:

- natureza económica;
- índole laboral;
- oferta de serviços.

Cada um deles traduz as expectativas da população fértil relacionadas com a atenuação de entraves que possam garantir melhores condições económicas e de vida à população activa, às famílias e às crianças com a oferta de outras acessibilidades e conforto aos casais que pretendem reproduzir-se. Este enunciado reforça os dados de outros contextos societários, como na Suíça, onde Wanner e Fei (2005, 20) encontraram, como factores intervenientes na fecundidade traços sociais e individuais, nomeadamente a herança cultural, categoria e actividade sócio profissional da mãe, comportamento dos casais relacionado a união e a estabilidade das ligações afectivas, calendário da vida reprodutiva e dos nascimentos.

O quadro de referência do estudo de Castro (2014), conjuntamente com os resultados conhecidos do Inquérito à fecundidade (INE, 2013) e o levantamento directo realizado no decurso dos trabalhos da CPNP, obrigam-nos a reter um conjunto de situações denunciadoras da crise de natalidade em Portugal. Entre elas, salientamos:

- A crise económica e a situação de dependência externa sugere uma apreciação ponderada dos investimentos produtivos e dos investimentos demográficos capazes de inverterem o estado actual;

- A emigração dos jovens, já de si denunciadora das difíceis condições de empregabilidade interna e do empreendedorismo social, torna-se ainda mais empobrecedora devido aos investimentos individuais e colectivos realizados e à fuga de emigrantes qualificados para o exterior;

- As disparidades territoriais, que ameaçam a coesão social em termos de acessibilidades e bem-estar, condições de vida, distribuição dos rendimentos e seu usufruto, agravam igualmente os investimentos públicos. Estes são fundamentais para a democratização das amenidades sociais e sua extensão aos jovens e adultos em idade de procriação, bem como aos demais adultos e séniores.

Não cabendo aprofundar cada um destes temas importa salientar que a evolução demográfica presente e a sua projecção no tempo, exige:

- a constatação de diferentes realidades e condicionantes humanas e territoriais, económicas e demográficas – também comportamentais – que afectam a evolução da população portuguesa;

- a dificuldade da reversão destas situações e movimentos, atendendo à interacção recíproca entre os fenómenos sociais e populacionais e à sua acção no tempo;

- o reconhecimento das condições de vida existentes e a sua influência como factores estruturantes do devir da população e da sociedade portuguesa;

- o reconhecimento destes fenómenos colectivos, reais e globais, como uma herança comum a partilhar entre os membros da mesma comunidade;

- a aceitação de um novo contrato de cidadania que impeça projectar apenas no futuro, os efeitos desta herança comum.

Em documento de reflexão sobre este tema, Peneda (2013)<sup>42</sup> afirma:

“As políticas que promovem o crescimento económico e a segurança no mercado laboral, bem como a conciliação do trabalho com a família, têm provado contribuir simultaneamente para o aumento da participação no mercado laboral e para o aumento da fecundidade na Europa”. Sobre a situação portuguesa, reconhece que “a insegurança e precariedade laboral é precisamente mais significativa entre as mulheres jovens. O aumento da natalidade passa assim pela promoção de maior segurança no trabalho entre a população activa feminina que lhe permita ter filhos e acompanhá-los sem interrupções importantes nas carreiras profissionais”.

Dada a complexidade de factores que interferem neste domínio, importa que as medidas de política da natalidade no nosso país tenham em consideração a convergência de interesses sectoriais e individuais, a solidariedade intergeracional, o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, nomeadamente os RH, incentivando a coesão, a solidariedade

---

42 Peneda, J. S. (2013): “Reflexões sobre políticas de família e de fomento da natalidade”. Conselho Económico e Social (Doc. Interno)

e a inovação que assegurem a (sobre)vivência, continuidade e afirmação da nossa sociedade e das gerações futuras. As alterações registadas durante o último meio século da nossa existência, mostram como a mobilidade geográfica e os movimentos naturais, são os primeiros responsáveis pelas preocupações do presente.

Porque interessa balizar estas medidas num quadro geo-referencial e estratégico abrangente, estas notas são enquadradas pelo texto do documento: “Portugal 2020: Acordo de Parceria 2014-2020” proposto pelo governo português à Comissão Europeia (2014), texto que “consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal”. De acordo com este documento:

“A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – considerando também os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.”

As situações estruturais de base económica e social, os factores individuais e biológicos da natalidade, a motivação e decisão de procriar, exigem medidas temáticas específicas - referidas na parte final deste relatório - e iniciativas orientadas para o “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e da promoção da Coesão Económica, Social e Territorial” do nosso país no seu contexto europeu e internacional (cf: Portugal: 2020). As prioridades estabelecidas neste documento (op. cit.) apontam objectivos e medidas estratégicas em diversos domínios, que não se podem desligar da evolução da população portuguesa, da sua composição e estrutura, da sua mobilidade e distribuição no espaço:

- Competitividade e internacionalização;
- Inclusão social e emprego;
- Capital humano;
- Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

Acrescem a estas medidas a ponderação de constrangimentos reais ao desenvolvimento da nossa sociedade relacionados com as assimetrias territoriais e a reforma da administração pública.

Não sendo de todo em todo necessário discriminar cada um dos eixos e prioridades estabelecidas - mas considerando que estas condicionam no seu desenho e cumprimento o devir da nossa sociedade - importa recordar os princípios e objectivos das políticas horizontais e transversais mais directamente relacionados com a natalidade em Portugal.

A visão estratégica de Portugal 2020 toma por base os princípios de:

- parceria;
- igualdade entre homens e mulheres, da não discriminação e acessibilidade;

- desenvolvimento sustentável.

A apreciação destes princípios permite uma leitura igualmente transversal de boas práticas que podem ajudar a construir uma visão estratégica para o nosso país. Vejamos alguns aspectos.

Tomando por base a essência da natalidade, como fenómeno social e individual, a sua apreciação deve ser inserida num contexto territorial e numa dimensão comunitária, de maior ou de menor dimensão, que nos permita identificar os actores deste processo: indivíduo, família, comunidade e suas organizações sociais. Neste domínio o princípio de parceria surge como condição indispensável na realização de medidas prioritárias da política de natalidade para Portugal a estabelecer no país, com:

- cidadãos, esclarecendo a situação demográfica presente e os seus reflexos sobre a renovação das gerações, nos postos de trabalho, na subsistência do sistema social e na transmissão dos projectos individuais e familiares, às gerações vindouras;

- parceiros sociais: empresas, autarquias, organizações sociais, sistema nacional de saúde, sistemas de apoio à idade sénior.

Estas condições esbarram com a evolução da composição e as estruturas demográficas em consequência da baixa da natalidade e do acentuado envelhecimento da população portuguesa, isoladamente e na sua relação com o fenómeno das migrações. Como se estas situações não bastassem temos de atender a outras relacionadas com o território, a actividade humana, o sistema político e social, que ampliam o anteriormente descrito e reforçam a necessidade de um novo contrato demográfico e social a estabelecer na sociedade portuguesa:

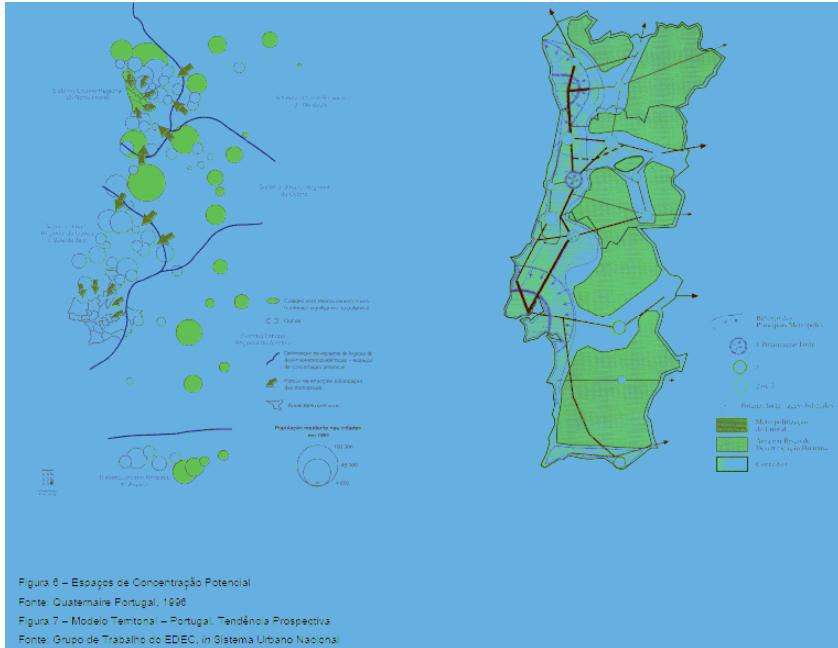
- demográfico, porque as alterações do nosso sistema démico configuram situações de não retorno no que respeita à evolução imediata da nossa população, ao agravamento da sua estrutura etária, à mobilidade dos residentes e à projecção imediata destes valores a médio e a longo prazo;

- social, porque os efeitos destas mudanças populacionais sobre a sociedade portuguesa, apontam para uma realidade próxima em que as populações dependentes exigem uma outra atenção e garantias de vida e de sobrevivência, em condições pessoais e institucionais dignas e ajustadas ao conjunto dos cidadãos.

As situações demográficas anteriormente enunciadas têm expressão num quadro espacial e territorial definido por fronteiras geográficas e naturais precisas onde os contrastes naturais de relevo, clima, solos e vegetação mostram como muitas delas são, hoje em dia, difíceis de ultrapassar. Por isso aos desequilíbrios físicos e humanos, juntam-se as assimetrias ditadas pela desigual repartição dos diferentes grupos etários e sociais, laborais e económicos, culturais e outros, que se expressam num

cenário geograficamente desarticulado no seu ordenamento, rede urbana, acessibilidades, redes de infra-estruturas e iniciativas de desenvolvimento. Assim tem acontecido no decurso de várias décadas, apesar do discurso político ter reconhecido a necessidade de se atenuarem os muitos contrastes existentes.

**FIGURA 21 - PORTUGAL: CONCENTRAÇÃO URBANA E EIXOS DE CIRCULAÇÃO**



*In: Costa, 2000 - As cidades médias no sistema urbano nacional*

À litoralização e concentração populacional nos centros urbanos de maiores dimensões na metade ocidental do país, sucedem-se outras concentrações urbanas de tamanho mais reduzido que não conseguem superar as assimetrias estruturais das terras raianas. Aqui a rarefacção do povoamento é menor; a racionalização dos equipamentos públicos, mais difícil; a inovação social, mais dificultada e a tendência para o êxodo surge como uma solução colectiva, sobretudo para as populações jovens e adultas.

As imagens relativas à distribuição dos principais centros urbanos e ao traçado dos eixos de circulação no continente permitem situar alguns dos traços da população com as condições geográficas e as assimetrias espaciais

que acompanham o nosso ordenamento social e territorial. Aos desequilíbrios conhecidos juntam-se vastas áreas com características demográficas comuns marcadas pela grande mobilidade, envelhecimento e repulsão de habitantes. O conjunto destas questões, internas ao território português, ganham igualmente expressão do outro lado da fronteira nos territórios vizinhos da Galiza, Castela-Leão, Extremadura e Andaluzia.

Na sua dimensão e à sua maneira cada uma destas grandes regiões de Espanha regista situações idênticas às que referimos para o continente português nomeadamente as que respeitam à menor concentração de habitantes, à sua estrutura etária, à sua variação no tempo. Contudo a tendência para a sua evolução recente, além-Pirinéus, principalmente no que respeita ao seu crescimento, factores de variação, composição e estrutura, tende a acompanhar os demais países da União Europeia.

Com cerca de 507 Milhões de habitantes em 2014, o espaço europeu, embora a registar um crescimento moderado da população - à custa, essencialmente, da imigração -, referia em 2011 uma idade média dos seus habitantes de 41,2 anos (Portugal: 41,9 anos); uma taxa de dependência jovem de 23,4% e de dependência das pessoas com >65 anos, de 26,2%. No seu todo, cerca de 4,8% da sua população tinha 80 ou mais anos.

Estes dados acentuam a fragilidade das estruturas demográficas da velha Europa e dos sistemas laboral, contributivo e de assistência social. Deve igualmente incentivar uma análise mais aprofundada de natureza geopolítica e estratégica sobre a situação actual. Com efeito, profundamente marcada pelo envelhecimento da população, pelas disparidades sociais e económicas do território e pela dualidade social, a UE fica à mercê dos fluxos internacionais de mão-de-obra e de circunstâncias sócio-políticas distintas que venham a determinar o seu futuro e crescimento económico. Em período de recessão, estas não são condições favoráveis para o cumprimento da “fertilidade desejada” dos casais, para a inovação e o crescimento que devem ajudar a estabelecer o equilíbrio demográfico.

Tão importante preparar como vamos deixar este país às gerações futuras, é estimar a quantos habitantes o vamos entregar. E em que condições? Esta observação realça a multiplicidade de factores que pesam na atenuação dos efeitos e das causas da baixa natalidade, associada à questão fulcral da baixa da fecundidade e do envelhecimento, que reflectem o processo de mudança social e a evolução demográfica em curso.



## IV. Aproximação teórica e comparada

A importância da população no seio das preocupações da nossa sociedade, prossegue o interesse milenar do conhecimento dos seus valores para efeito do exercício da guerra e da cobrança de impostos usado pelo império romano no exercício do poder sobre o mundo mediterrâneo. A sua apreciação individualizada, no caso da evolução da natalidade e sua relação com as subsistências e a sociedade, foi tratada a partir do Século das Luzes (Malthus, 1798). Na época contemporânea este debate alargou-se a outros temas como a pobreza e as suas causas, firmando-se a sua leitura e efeitos sobre os salários (Ricardo, 1817), Stuart Mill (1873), salários e crescimento económico (Proudhon, 1840), propriedade privada e capital (Marx, 1867).

A interpretação da “densidade demográfica” defendida por Durkheim (1893) como motor do progresso e da divisão do trabalho (Caselli et alii, 2006, 97), permite outras leituras que são reforçadas, em Novecentos, por conceitos da nova demografia relacionadas com a sobre-população e a sub-população, estabelecidas em torno do “optimum” populacional (Landry, 1934 e Sauvy, 1963); com os regimes e a transição demográfica (Thompson, 1929; Chesnais, 1986) na sua forma original “altruistic transition” (Sauvy, 1960) e “individualistic transition” (Van de Kaa, 1987). A reflexão entre a população e o desenvolvimento foi posteriormente desencadeada pela ONU nas conferências mundiais da população (Bucareste, 1974; México, 1984 e Cairo, 1994), alargando-se este tema a outros assuntos como à ecologia (Meadows, et al., 1972), ao envelhecimento (Nazareth, 1979) e ao futuro das sociedades (Demography report, U.E.). Outras reflexões prosseguem na actualidade.

Confrontados com a situação presente de redução da natalidade, mobilidade acrescida da população à escala mundial, alteração das estruturas démicas e mudança social, o conhecimento dos fenómenos populacionais requer uma análise detalhada dos percursos longitudinais e de vida dos habitantes, bem como dos seus reflexos sobre a natalidade e a fecundidade. A respeito da variação da natalidade, Nazareth (1988), assinalou a existência de vários factores responsáveis pela sua evolução: factores biológicos, relacionados essencialmente com a idade da mulher; frequência de relações sociais; leis e costumes sociais; estado civil e contraceção e aborto.

Da conjugação de novos factores resultam interpretações variadas sobre a marcha da natalidade. Entre elas a “teoria da revolução reprodutiva” (Díaz e MacInnes, 2009), centra-se no estudo do “contexto social da reprodução” - incidindo sobre a criança e seu bem-estar, a alocação de recursos e o desenvolvimento humano - encarado como um

factor de ajustamento populacional e de dinâmica intergeracional. Esta dinâmica assenta no ajustamento da fecundidade, na eficiência do sistema demográfico e na alteração do papel da mulher como tradicional “meio de produção”. Tal sugere uma analogia à “teoria do capital humano” (Friedli, 2006, 16) e à “escolha racional” e comparação da utilidade e benefício de ter uma criança, com os custos que lhe estão associados.

Recorde-se que a quebra dos indicadores de fecundidade para valores inferiores aos da capacidade de renovação geracional, é uma tendência que se tem vindo a acentuar no tempo e no espaço dos países do Norte, do Ocidente, do Sul e do Leste da Europa. No seu conjunto traduz os efeitos de uma segunda transição demográfica e da revolução reprodutiva comum a outras sociedades mais desenvolvidas.

Como foi assinalado, no modelo da segunda transição demográfica a fecundidade situa-se abaixo dos valores de substituição das gerações, andando associada a diferentes questões sociais relacionadas com o bem-estar da criança, à menor estabilidade das uniões, à prevalência de situações de deficiente situação económica em famílias monoparentais e isolados (Adveev, 2011, 41). De acordo com Friedli (2006, 8) tal deve-se, ainda, ao desejo dos adultos poderem realizar os seus sonhos e ambições, dando maior ênfase à qualidade da sua relação. Esta situação mostra que a questão da dependência demográfica que afecta Portugal é uma questão europeia que não pode ser entendida, apenas, como um problema nacional.

Daqui decorre que os contributos relativos ao entendimento da variação da natalidade e dos seus contextos no seio da União Europeia (UE, 2011) permitem perceber as muitas questões de natureza demográfica que hoje se levantam a estes países. Da sua análise têm resultado diversas iniciativas e experiências de remediação, relacionadas com o envelhecimento e os movimentos natural e migratório, com soluções que diferem no tempo e respectivo contexto geográfico.

Como fenómeno global, o envelhecimento da população mundial levou a que a Organização das Nações Unidas viesse a proclamar, em 1999, esse o “Ano Internacional dos Idosos” e a prosseguir outras celebrações relacionadas com o mesmo fenómeno: a realização, em Madrid, da “Second World Assembly on Ageing” (2002) e a aprovação, nessa oportunidade, de uma declaração política e plano de acção sobre o envelhecimento.<sup>43</sup> No âmbito da UE conta-se a escolha do ano de 2012 dedicado ao “Envelhecimento activo e solidariedade entre gerações”.

Mais do que a manifestação de uma realidade actual, decorrente da mudança social, a solidariedade intergeracional é encarada como uma “oportunidade para o desenvolvimento económico”(Sousa, 2013),

---

<sup>43</sup> *United Nations (2002) – “Political declaration and Madrid International Plan of action on ageing”, Second World Assembly on Ageing, Madrid, ONU*



combinando-se “inter and intra-generationality with social entrepreneurship, based on the need to set the welfare of all citizens and communities as the aim of society, i.e., economic development not as an end in itself but a contribution to the greater goal of well-being” (op. cit., 2). Para tanto defende o referido autor (op. cit., 9):

“Social entrepreneurship combines entrepreneurship (economics and business management) and the development of the third sector or social economy. It presents a social mission, since it aims to achieve the common good (similar to the values inherent to intergenerational solidarity); and it results from a social need to which one wants to respond. Social entrepreneurship has potential to promote human capital because it focuses on promoting social and community development through structural changes that respond to social problems.”

A diversidade cultural, sócio-económica e situação geo-estratégica dos países que integram o mosaico europeu, exige uma atenção redobrada quanto à natureza das políticas de população a empreender no seio da UE. No seu conjunto estas compreendem as iniciativas direccionadas para a evolução do acréscimo natural da população (incremento e/ou limitação da natalidade; redução da mortalidade), bem como as que se referem à evolução dos movimentos migratórios (redução da emigração; controlo da imigração). Neste leque inserem-se as políticas orientadas para a família, apoio à natalidade e à fecundidade, as políticas sociais e de saúde, as políticas laborais (...), e as disposições administrativas que relevam da alteração do edifício organizacional e jurídico de cada um dos sistemas envolvidos.

Sendo impensável reverter a situação desta fase de segunda transição demográfica e da revolução reprodutiva, as soluções adoptadas ao nível dos países da UE têm sido orientadas para minimizar os efeitos do actual inverno demográfico através de reformas dos sistemas de saúde, emprego e segurança social. Também por políticas preventivas orientadas directamente para a família, a população imigrante, o sistema de emprego e a saúde reprodutiva. Estes aspectos sugerem o enunciado de uma visão estratégica para Portugal, que do ponto de vista demográfico venha a permitir a definição de prioridades, a médio e longo prazo, atenuando as condições enunciadas.

Este tipo de análise remete-nos para algumas das questões essencialmente demográficas referidas por outros autores. Assim:

- segundo Livi-Bacci (1993) a fecundidade, mortalidade e mobilidade, isoladamente e nas suas múltiplas combinações, são as primeiras responsáveis pela aumento, estagnação e redução das populações.<sup>44</sup> Por sua vez, Sauvy (1952) defende ser necessário atender ao “optimum”

populacional - decorrente dos recursos naturais e económicos, das condições técnicas e do projecto de sociedade -, como factor de evolução da população;

- por sua vez Vann de Káa (2002) considera: “The essential point is, that fertility will rise only when couples feel it is their best interest and that caring for (more) children will enrich their life”<sup>45</sup>.

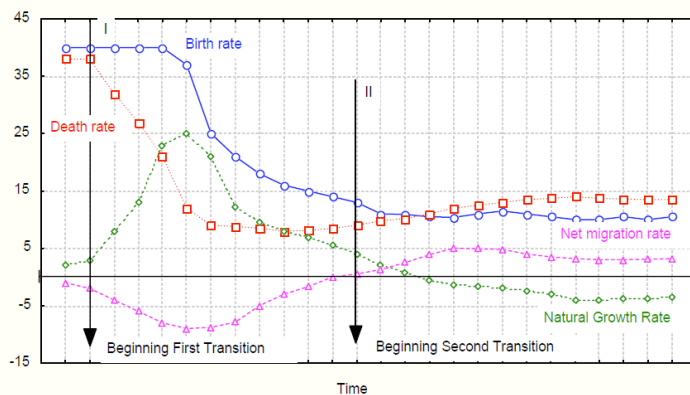
As duas perspectivas confirmam a aliança entre os factores biológicos e os factores sociais como estruturantes dos fenómenos demográficos no seu conjunto e da sua evolução no tempo. Contudo o seu enquadramento cronológico obriga a que as situemos:

- a primeira, associada à própria Teoria de Transição Demográfica (Sauvy);

- a segunda, articulada com a segunda revolução demográfica, marcada pela quebra de influência do saldo natural em detrimento do saldo migratório.

O ajustamento daí resultante insere-se na “terceira revolução da modernidade” – a “revolução reprodutiva”<sup>46</sup> -, cujos efeitos marcam a evolução da população em Portugal e na Europa, quiçá noutros contextos geográficos marcados pela mudança social e hodiernidade cuja difusão, à escala do globo, acompanha a globalização.

**FIGURA 22 - MODELOS DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA**



In: J. Pérez Díaz <http://apuntesdedemografia.wordpress.com/2011/08/26/la-segunda-transicion-demografica-en-van-de-kaa-y-lestabege/>

Na sua complexidade a variação dos habitantes integra componentes sócio-económicas e contextuais da procriação; decisões individuais e

<sup>45</sup> <http://apuntesdedemografia.wordpress.com/2011/08/26/la-segunda-transicion-demografica-en-van-de-kaa-y-lestabege/> 2MAI14

<sup>46</sup> [http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS122\\_031207049049393.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS122_031207049049393.pdf) 2 MAIO14

familiares referentes ao mesmo; recurso a práticas da medicina reprodutiva; suportes para a procriação fora do círculo familiar tradicional; alteração dos modelos tradicionais das estruturas familiares. Conta, ainda, com diversas leituras sociais da natalidade associadas à valorização comunitária e pessoal que lhe é atribuída.

Os condicionalismos inerentes à marcha dos fenómenos sociais e totais (Gurvitch), relacionados com a reprodução humana na actualidade conferem às decisões inerentes à natalidade um carácter individual, mais do que social, em que a decisão de procriar anda associada ao cumprimento das necessidades básicas fundamentais (Maslow); ao interesse, desejo e satisfação individual; à análise de risco que lhe está associado; ao investimento ponderado pelos casais ou tão só pelos cidadãos, na motivação e benefícios em terem filhos. Estas condições tendem a adiar o registo de procriação para a segunda metade do ciclo fértil da vida quando as principais necessidades fisiológicas, de segurança, de auto-realização e outras, tendem a estar realizadas.

A leitura resultante da intervenção conjunta dos factores naturais e sociológicos – como são expressos nos resultados preliminares do Inquérito à Fecundidade (INE, 2013) - obriga a integrar na construção dos cenários prospectivos, de natureza quantitativa, as condições associadas ao contexto social, económico, cultural e biológico dos progenitores, juntamente com as decisões do foro individual sobre a procriação. Daqui decorre que a marcha da natalidade, a capacidade de substituição das gerações, a dependência laboral dos postos de emprego (criados ou a criar) e o dever da população portuguesa, estejam relacionadas com a resolução de situações estruturais que afectam o sistema económico, o emprego, a saúde e a segurança social.

A estas situações acresce ainda a ponderação individual das circunstâncias, momento, oportunidade, aceitação e custos de ter um filho. Assim, a natureza do projecto colectivo de sociedade, a motivação individual e a confiança nos sistemas sociais e de saúde, constituem a base da triangulação dos factores individuais e colectivos, bem como das propostas e prioridades a definir na construção dos cenários relacionados com a evolução demográfica de Portugal nas próximas décadas.

A falência do modelo de dependência directa da renovação geracional a partir dos saldos naturais da população residente, mostra que tal solução só pode ser atenuada pela acção directa dos fluxos migratórios. Este é o cenário mais evidente que decorre da situação de não retorno de alguns dos indicadores empíricos da demografia portuguesa. Mais ainda, é o cenário evidente nos países do ocidente europeu, nomeadamente os que integram o Conselho da Europa, que em 2010 tomaram posição sobre “O Inverno demográfico e o futuro da Europa”, que vivem a segunda transição demográfica e acolhem os efeitos da revolução reprodutiva em curso.

Assim o regista uma proposta de resolução então apresentada, que reconhecendo a quebra da natalidade nos países do Conselho, sugere:

- o regresso a uma situação demográfica positiva, condição essencial para a retoma do crescimento económico;
- o lançamento de uma política em prol da família “que responda positivamente aos ensejos dos jovens europeus de terem filhos”;
- a aplicação e cumprimento do princípio de igualdade de oportunidades em matéria de políticas fiscais;
- a divulgação de boas práticas, nomeadamente as que incidem no desenvolvimento de serviços sociais para as mulheres que trabalham, atribuição de abonos familiares para os pais e vantagens fiscais para as famílias em função do nº de filhos menores.

Na situação actual as propostas políticas contidas nesta recomendação esbarram com a repartição de verbas entre os sectores de diferente natureza: saúde, educação, formação, segurança social e investimento público. Assim, embora os ajustamentos da natalidade possam vir a atenuar a escassez de postos de trabalho em determinadas profissões, os investimentos demográficos pró-natalistas, para além dos seus efeitos imediatos (pouco reprodutivos no futuro), podem traduzir-se em quebras na redução das verbas para outras áreas como a educação e a formação dos jovens.

Neste contexto, o “learning-by-doing” necessário para o exercício de qualquer actividade profissional, podendo beneficiar os trabalhadores ainda em idade activa e fazendo prolongar o desempenho profissional, poderá ser conseguido através de parcerias institucionais e de parcerias intergeracionais. Estes acordos respeitando a necessidade laboral da substituição das gerações, permite que esta seja acompanhada da correspondente mobilidade social dos grupos funcionais mais jovens.

A dependência geral destes movimentos em função das oportunidades criadas pelo sistema económico, assinalada por G. Tapinos (1974) decorre da sua natureza como fenómenos sociais complexos, associadas ao crescimento económico e à mobilidade de extensos grupos da população; à diversidade de condições de vida e de salários; à diversidade de redes e às práticas ligadas ao carácter regular/irregular destes movimentos.

Como outros fenómenos sociais, as migrações registam um tempo histórico (de acordo com os ciclos económicos) e um tempo biográfico (ligado às características dos migrantes), que faz variar os impactos e os modos de integração da população afectada por estas deslocações. Daí que, considerando o efeito desejado das migrações sobre as comunidades locais e o mercado laboral, importa atender aos investimentos demográficos necessários que promovem a integração da população migrante e o aumento da natalidade.

A sociologia, a economia das migrações internacionais e a análise das tipologias dos movimentos migratórios (Piché, 2012) realçam a mobilidade da mão-de-obra migrante entre diferentes bacias de emprego. Nestes locais a mobilidade geográfica anda ainda associada à mobilidade social e à atenuação do binómio vicioso do envelhecimento-natalidade. É neste contexto e sobretudo no caso de migrantes academicamente mais qualificados, que ganha relevância a igualdade profissional de indivíduos de ambos os sexos.

A sustentabilidade dos sistemas sociais a partir quer dos movimentos naturais, quer dos movimentos migratórios passa, também, pela análise das suas componentes fundamentais e os seus efeitos sobre o sistema demográfico. Temos presente que os fenómenos demográficos, como fenómenos sociais e totais, merecem ser considerados em separado por grandes domínios de actuação e envolvem outras dimensões, como a dimensão espacial, traduzida na distribuição, difusão e mobilidade dos habitantes. Estes aspectos interferem na carga demográfica e populacional, na capacidade reprodutiva, na sustentabilidade geracional das actividades económicas e na vivência humana.

Tomando como exemplo a UE, a situação de dependência demográfica aqui registada tem as suas raízes no processo de industrialização, urbanização e terciarização ocorrido no países que lhe deram origem e, por arrastamento, à sua extensão aos demais que hoje fazem parte da União. Decorre ainda dos conflitos bélicos travados no velho continente durante a primeira metade de Novecentos e da evolução posterior relacionada com as migrações internacionais, com o desenvolvimento tecnológico e com a inovação social.

Depois do 2º conflito armado acentuaram-se as assimetrias no espaço europeu, das quais resultou a diferenciação da ocupação humana e aproveitamento dos recursos naturais, traçado das vias de circulação e afirmação da rede urbana. Esta mantém-se polarizada pelas grandes aglomerações que testemunham a marcha da revolução industrial, citadina e terciária do velho continente. Os referidos fenómenos deram origem à atracção de vastos contingentes imigrantes oriundos de países da periferia, cujo contributo fica assinalado nas etapas de reconstrução e evolução do tecido económico e produtivo e na evolução e composição do xadrez demográfico que hoje constitui a matriz fundamental dos países da antiga Europa dos Seis, constituída em 1957.

O alargamento da Europa comunitária e a admissão de Portugal em Janeiro de 1986 - adesão justificada por razões de natureza política relacionada com a instauração do regime democrático - marca a sua ampliação para sul e leste, albergando espaços demograficamente dinâmicos e outros já afectados pela quebra de habitantes, sobretudo emigrantes oriundos das reservas demográficas desta periferia. Esta

situação está retratada por Adveev et al (2011, 9) que assinala os traços comuns da demografia europeia nas últimas décadas, marcada por:

- “l’imprécision des lisières géographiques de la région et de ses sous-ensembles, ainsi que par la variabilité des frontières politiques et administratives des pays européens;

- l’hétérogénéité politique, économique et démographique du continent;

- l’impact des bouleversements politiques au moment même où les comportements démographiques de la population connaissent des évolutions profondes.”

Neste processo e evolução, as regras da “gramática civilizacional” (Braudel, 1989) e a evolução do “processo civilizatório” (Darcy Ribeiro, 1998), registaram os desequilíbrios de uma sociedade em mudança, os efeitos do “crescimento zero” (Sauvy, 1973) da sua população e os resultados do arrefecimento e “inverno demográfico” (Dumont, 2011). Esta situação compromete a renovação das novas gerações, a continuidade de antigas e velhas instituições, a animação dos circuitos económicos, o crescimento e bem-estar do velho continente, onde as fronteiras geográficas, nem sempre fáceis de estabelecer, acolhem um espaço humanista e identitário de base cultural e social.

Motivo de diversos estudos e reflexões relacionadas com o devir da população e a sua adaptação a cenários distintos (que há muito estamos a construir), estes evidenciam teias e relações complexas, evolução dos comportamentos humanos em situações reais de escassez e de abundância, repartidas de forma tão desigual nesta parte da ecúmena humana. Aos efeitos nefastos das mudanças climáticas juntam-se, hoje em dia, os resultados de uma inversão populacional que de forma gradual tem vindo a confirmar a relação directa entre a disponibilidade de recursos e da sua posse (Malthus), com as formas de dominação e poder estabelecido (Marx) e a disputa entre espaços económicos e geoestratégicos.

A reflexão que se impõe por via da marcha da humanidade no velho continente sugere que tenhamos em conta as muitas transições: a demográfica, a da fecundidade, a epidemiológica, mas também uma outra de cariz civilizacional identificada com a revolução reprodutiva. As medidas que cada uma delas acarreta são justificadas pela situação da Europa<sup>47</sup>:

“The overall picture is clear: Europe’s demographic situation is characterised by low fertility, an increasing life expectancy, and overall by a projected shrinking of native populations in the decades to come. This contrasts with the demographic prospects of neighbouring regions to the

---

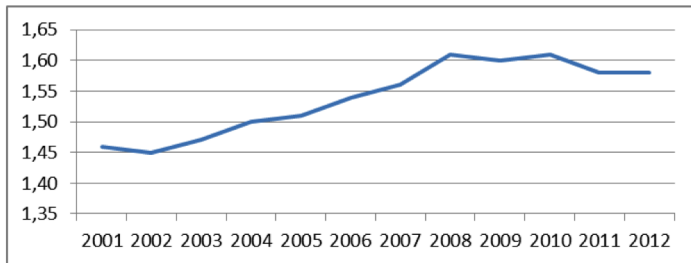
47 Muenz, R. (2007): *Aging and demographic change in European societies: main trends and alternative policy options. The World Bank – Social protection.*

In: [http://www.monitoringris.org/documents/tools\\_reg/agingdemochange.pdf](http://www.monitoringris.org/documents/tools_reg/agingdemochange.pdf) 17MA114

south and south-east, where fertility is much higher, albeit declining, life expectancy is also increasing, and overall population is projected to continue to grow at a considerable pace.”

Algumas das referências anteriores confirmam a situação de dependência do continente europeu, cuja evolução resulta da variação conjunta do crescimento natural dos seus habitantes e da intensidade dos movimentos migratórios (de compensação) dentro do espaço da EU. Acresce o contributo das migrações internacionais. A evolução da fecundidade no último meio século, tendo alcançado valores mínimos no início da actual centúria, aumentou percentualmente no decurso da primeira década de Vinte, mercê da acção de políticas sociais e de integração da população imigrante em diversos países.

**FIGURA 23 - ISF – 2001/2012 (UE28)**



Fonte: Eurostat (União Europeia 28 países)

Pelo que se pode verificar, a Europa encontra-se há vários anos numa situação de natalidade abaixo do nível da renovação das gerações (ISF 2.1). Contudo identificamos desde o ano de 2002 uma subida do Índice Sintético de Fecundidade, interrompido pela recente crise económica, financeira e também social. A evolução desta população foi diferencialmente registada nos diversos países que a constituem, existindo a este nível realidades muito distintas no seio do continente europeu. Assim, países houve:

- que mantiveram a natalidade a níveis próximos da renovação geracional e que, nos últimos anos, conseguiram atingir níveis de fecundidade muito próximos da renovação das gerações. Caso de países do norte e ocidente da Europa como Irlanda, França, Finlândia e Suécia;

- que chegaram a níveis iguais ou próximos dos que Portugal apresenta actualmente mas que, desde o ano 2000 têm conseguido uma recuperação, ainda que variável do ISF. É o caso de países do centro e sul da Europa, como Eslovénia, Itália, Grécia, Espanha e Austria.

- países com baixos níveis de fecundidade e que têm continuado a decrescer nos últimos anos. Assim sucedeu no centro e sul da Europa, como na Polónia, Malta, Chipre e Portugal.

Uma visão alargada da evolução do ISF no decurso da última década permite conhecer melhor a sua evolução positiva, nula e negativa, no espaço alargado da UE. Esta observação torna evidente o recuo deste indicador em países como Portugal e noutros contextos da Europa mediterrânica, em contraste com o já assinalado noutros países do velho continente em que se registaram ligeiros aumentos da natalidade. Como resultado desta diferenciação conclui um estudo de Luherne Maude (2008, 7),<sup>48</sup> referente aos diferentes tipos de política natalista na UE:

“- le modèle libéral: regroupe le Royaume-Uni, l'Irlande, les Pays Bas et Malte, dont la politique familiale s'est centrée sur la réduction de la pauvreté, et la promotion de l'intégration sur le marché du travail ;

- le modèle scandinave: il allie une forte égalité hommes femmes et une politique pro-nataliste, c'est-à-dire promouvant un taux fort de fécondité ;

- le modèle continental : il valorise un modèle familial plus traditionnel, soit par une forte législation (cas de la France, de la Belgique, du Luxembourg), soit par une faible intervention (cas de l'Allemagne et de l'Autriche).

- le modèle méridional: l'Espagne, la Grèce, l'Italie, le Portugal et Chypre, qui connaissent une chute importante de leur taux de fécondité parallèlement à un manque de structures d'accueil et d'aides aux familles.

- le modèle des pays de l'est: ils sont issus d'un modèle pro-nataliste communiste, mais la tendance actuelle est que l'Etat intervienne de moins en moins sur ces questions.”

A situação demográfica na UE28, com os seus 505,7 milhões de habitantes (2013) traduz as diferentes heranças e modelos de desenvolvimento sócio-económico; raízes culturais; evolução e situação demográfica complexa e perspectivas de interação geracional e ajustamentos da população, bastante diferenciadas. A dinâmica da população, desde 1957, assim o confirma:

- crescimento natural reduzido ou mesmo nulo em diferentes países, realçando quebras do saldo natural da população (nascimentos-óbitos) e das taxas de natalidade;

- evolução favorável da componente do saldo migratório (emigração-imigração) que acompanha o acréscimo da população estrangeira residente;

- envelhecimento da população associada à baixa da natalidade (envelhecimento na base) e ao acréscimo da população idosa (envelhecimento no topo), que acompanha o aumento de esperança de vida da população masculina e feminina;

- alteração da situação demográfica relacionada com a natalidade, a nupcialidade, a conjugalidade e outros factores de índole social e pessoal.

---

48 Luherne Maude (2008): “Europe et politique familiale: une histoire d'égalité des sexes”.  
Seminaire “L'Europe autrement”, 2007/2008 - [https://iepweb.sciencespo-rennes.fr/bibli\\_doc/download/274/10M.A114](https://iepweb.sciencespo-rennes.fr/bibli_doc/download/274/10M.A114)



Esta situação é transversal aos diversos núcleos de países da Europa: Norte, Ocidental, Leste e Meridional, que nas últimas décadas têm vindo a registar variações significativas da sua população autóctone, nalguns casos compensadas pelo efeito das migrações internacionais. Estas tendem a compensar a escassez de mão-de-obra, o envelhecimento populacional e a remediar situações comuns mas distintas na sua evolução e matriz diferenciadora. Tem ainda vindo a agravar o inverno demográfico na Europa, identificado pela redução jovem, aumento da esperança de vida, acréscimo da população envelhecida, redução da fecundidade e da mão-de-obra, recurso às migrações internacionais.

A dependência dos saldos migratórios na UE é reconhecida em documento oficial da Comissão Europeia (2010): “O panorama demográfico da UE é claro: o crescimento é mantido principalmente pela imigração, enquanto que a população tem vindo a ficar mais envelhecida e diversificada. O impacto da crise económica é ainda difícil de prever.” Por isso, deixa o seu próprio desafio:

“(…) cada um dos membros da UE, decisores políticos e stakeholders, devem comparar a situação do seu próprio país com a dos outros estados membros, para compreender as características específicas do seu país e identificar outros países que tenham desenvolvido experiências com interesse e aprender com elas”.

Os contrastes sócio-económicos entre os países do Norte e do Sul da Europa levam a que se tome como referência os países nórdicos reconhecidos pela igualdade de género, organização flexível do trabalho, acompanhamento dos filhos e outras iniciativas que “evitam que os cidadãos tenham de escolher entre uma carreira profissional e a concretização dos seus projectos familiares contribuem simultaneamente para o aumento da taxa de fecundidade e do emprego” (Peneda, 2013).

O exemplo destes países destaca a importância da conciliação das responsabilidades parentais e profissionais permitindo o acompanhamento da criança e o equilíbrio dos rendimentos através do pagamento de abono financeiro, para que o nível de vida do casal não venha a ser condicionado. Estas soluções relacionadas com a flexibilização do mercado laboral, a cooperação das entidades patronais e a acessibilidade aos equipamentos sociais de apoio à infância reforçam, no seu conjunto, o princípio de igualdade de género aqui dominante.

Note-se ainda que tal como noutros países europeus, o contributo líquido da população imigrante tem permitido atenuar os efeitos do inverno populacional causado pelo envelhecimento da população, mudança social e quebra da natalidade que atinge indistintamente o velho continente.

Importa contudo salientar que os mecanismos de compensação das migrações internacionais têm vindo a suscitar questões relacionadas com o choque de culturas e a segurança suscitada pelas vagas maciças de

imigração através de diversas fronteiras naturais, nomeadamente a bacia do Mediterrâneo. Neste contexto não se deve esquecer que apesar da intensidade da procura por parte dos países subsarianos e outros, o ajustamento populacional que se faz sentir no continente europeu começa a sentir-se em países africanos da bacia do Mediterrâneo, como a Tunísia e Marrocos onde a ISF<sup>49</sup>, inferior ao limiar de substituição das gerações, tende a reduzir-se ainda mais.

A evolução dos fluxos migratórios oriundos de países mais distantes está a demonstrar a evolução de uma nova ordem demográfica mundial, caracterizada pela emergência de uma nova realidade demográfica e regime de fecundidade assente na influência de factores individuais e colectivos que interferem na procriação humana. No seu conjunto, verifica-se que a variabilidade de situações conjugais e familiares e as políticas familiares, condicionam a marcha total e os valores registados em diversos contextos geográficos e sociais.

Com base em estudos de outros autores<sup>50</sup>, Adveev et al. (2011, 44) chamam a atenção para o impacto das políticas familiares sobre a fecundidade referindo que estas, “ayant un impact sur les décisions des couples sont celles qui se maintiennent durablement en contribuant à un climat social favorable aux familles et qui assurent un soutien cohérent et continu tout au long de l'enfance.” Além destes, o efeito de mimetismo que tende a generalizar-se aos membros das diversas gerações, reproduz comportamentos demográficos semelhantes aos das gerações anteriores, condicionando os resultados de uma fertilidade desejada às possibilidades reais da família e /ou das uniões conjugais. Outros factores devem ser considerados como o nível de instrução, a origem sócio-cultural, o credo religioso, as condições e lugar de residência (Wanner e Fei, 2005).

Tendo por base um estudo de Dumont (2011)<sup>51</sup> assente numa análise da relação: proporção família/nº de filhos, no PIB e o nível de fecundidade em cada um dos países da UE, transcrevemos a seguinte descrição:

“Douze pays à faible politique familiale

Douze pays se caractérisent à la fois par un pourcentage de la fonction famille/enfants dans le PIB inférieur à celui de la moyenne (2,2 %) de l'Union européenne (à vingt-cinq pays) et une fécondité inférieure à la moyenne européenne (1,51 enfant par femme). Il s'agit des pays suivants : Chypre, Espagne [...], Estonie, Italie, Lettonie, Lituanie, Malte, Pologne, Portugal, République tchèque, Slovaquie et Slovénie. Dans ces douze pays,

---

49 <http://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/4/courbage.pdf> 11M.A114

50 M.-T. Letablier et al. (2009): *The Costs of Raising Children and the Effectiveness of Policies to Support Parenthood in European Countries: A Literature Review. A report to the European Commission*, 164 p.. In: Adveev, 2011)

51 Dumont, G.F. (2011): *EU – prospective démographique*. In: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2386787](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2386787) 21M.A114

il y a donc correspondance entre une fécondité très abaissée et le faible budget de la fonction famille/enfants.

Quatre pays à politique familiale non adaptée.

Quatre pays (Allemagne, Autriche, Grèce et Hongrie), tout en ayant un pourcentage de la fonction famille/enfants dans le PIB plutôt supérieur à la moyenne européenne, ont néanmoins une fécondité inférieure à cette moyenne. Cela peut s'expliquer de deux façons: soit la manière dont sont utilisés les budgets de cette fonction famille/enfants ne conduit pas à une répartition favorable aux choix de fécondité, soit d'autres éléments, culturels par exemple, exercent des effets engendrant une fécondité particulièrement faible.

Trois pays à fécondité en partie importée.

Trois pays (Belgique, Pays-Bas et Royaume-Uni [...]) ont une fécondité supérieure à la moyenne européenne et, pourtant, un pourcentage de la fonction famille/enfants dans le PIB égal ou inférieur à celui de la moyenne de l'Union européenne [...]. Le niveau relatif de fécondité ne peut s'y expliquer par un investissement significatif dans la fonction famille/enfants, mais doit tenir compte d'autres éléments, comme une répartition efficiente du budget considéré ou une fécondité supérieure de certaines catégories de population.

Six pays doublement supérieurs à la moyenne européenne

Enfin, six pays (Danemark, Finlande, France, Irlande, Luxembourg et Suède) combinent en même temps un pourcentage de la fonction famille/enfants dans le PIB supérieur à celui de la moyenne de l'Union européenne et une fécondité également supérieure à la moyenne européenne.”

Por sua vez, a análise da relação entre o regime político e as políticas públicas para a família tem vindo a facilitar comparações internacionais (Wanner e Fei, 2005; Moschion, J., 2010) e a identificação de modelos distintos de actuação política em países europeus. Seguindo a tipologia proposta por Fouquet, Gauvin e Letablier (1999), Moschion (op. cit., 99) aponta os seguintes modelos<sup>52</sup>:

- “social democrata universalista” (Suécia, Finlândia e Dinamarca), com base na igualdade de género e no bem-estar dos cidadãos, em particular das crianças. Estas orientações assentam em três pilares distintos: a grande qualidade e variedade de medidas (serviços públicos acessíveis, acolhimento de crianças, organização do tempo de trabalho, subsídios parentais); igualdade de género (leis e políticas públicas promovendo a distribuição do tempo dedicado ao trabalho e à família); valorização da cidadania (igualdade de cidadãos, políticas de infância e igualdade de sexos).

---

<sup>52</sup> *Véja- se, igualmente: Luberne Maude (2008) In: Luberne Maude (2008): "Europe et politique familiale: une histoire d'égalité des sexes". Séminaire "L'Europe autrement", 2007/2008*

Estes países que apresentam maiores taxas de actividade feminina são igualmente os que apresentam maiores valores de fecundidade;

- “conservador”, referido na Alemanha, Áustria e Holanda e assente na valorização da instituição familiar e na alternância entre emprego e família mais do que a conciliação entre as duas missões. Os subsídios à maternidade e a rede de equipamentos de apoio à 1ª infância desincentivam o trabalho a tempo parcial da mulher;

- “liberal”, nos países anglo-saxónicos, identificados pela não-intervenção do Estado com o intuito de respeitar a liberdade individual e a vida privada. Neste sentido insere-se a escassez de medidas estatais relativas à conciliação entre a vida familiar e vida laboral;

- “meridional”, dos países da Europa do sul, identificados pela ausência de políticas públicas, tal como nos países anglo-saxónicos, mas “por razões distintas” (op. cit., 101). Segundo o autor, embora sendo a família uma “instituição”, é a “solidariedade familiar” que permite conciliar a vida familiar com a vida profissional.

Analisando os reflexos destes modelos na sociedade, Wanner e Fei (2005) concluíram da influência das políticas de família no calendário da procriação e também no número de filhos. Por isso consideram como relevantes na fecundidade os factores ligados ao “individualismo” e à evolução das “famílias tradicionais”, nomeadamente no que concerne a (op. cit.):

- ao afastamento do núcleo parental cada vez mais tardio;
- ao aumento das uniões monoparentais;
- ao acréscimo das “uniões consensuais” – de maior duração mas sem descendência;
- à maior participação da mulher no mercado de trabalho.

As situações descritas são aceites pelos organismos internacionais, como seja o “Comité Económico e Social Europeu”, que acentua o papel das políticas de família no processo das alterações demográficas<sup>53</sup> reconhecendo que as políticas de família aplicadas na Europa, embora com “influências e conteúdos diversos”, tem um objectivo comum: apoiar as famílias no sentido de promover a oferta de serviços e mecanismos de auxílio que “respondam às expectativas das famílias e dos pais ou futuros pais”. Neste sentido “os poderes públicos têm de evitar preconceitos ideológicos e propor medidas que dêem realmente às pessoas a possibilidade de optarem por fundar uma família e terem o número de filhos que desejem.”

Em data recente, Adveev et al. (2011, 44), chamam a atenção para o impacto das políticas familiares sobre a fecundidade, referindo a propósito:

---

<sup>53</sup> Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre “O papel das políticas de família no processo das alterações demográficas – intercâmbio de boas práticas entre Estados Membros”. In: *Jornal Oficial da União Europeia*, C 218/7, de 23.7.2011.

“Au-delà du versement d’allocations financières, de la mise à disposition de services (crèches, écoles maternelles, etc.) ou la libération de temps pour la famille (congés parentaux, horaires flexibles, etc.), ils concluent qu’il est nécessaire de prendre en compte un ensemble cohérent de mesures complémentaires intégrant les diverses politiques d’accueil de la petite enfance et d’amélioration des conditions de vie des familles, en vue de faciliter l’exercice de la fonction parentale.”

As recomendações relativas à execução de políticas sociais na sua relação directa com a natalidade, devem desenvolver-se em torno de cinco eixos fundamentais (Wanner e Fei, 2005):

- “conciliação de mecanismos que permitam conciliar vida profissional e vida familiar (...);
- prevenção e luta contra a pobreza das famílias;
- continuidade das políticas postas em prática, independentemente da alternância das forças políticas no governo (...),
- reconhecimento da família e valorização do seu papel e do sucesso familiar. (...);
- atenção prestada à situação específica das famílias numerosas”.

A abrangência das iniciativas facilitadoras da natalidade, estendem-se a outros domínios, nomeadamente aos avós e outros membros da família mais próxima, no sentido de “cuidarem das crianças, caso os pais também o desejem e isso seja no interesse da criança”. Ainda, pela concessão de um “crédito de tempo” para as actividades familiares. Com efeito se o “futuro das sociedades reside nas gerações futuras e estas nascem no seio das famílias” (op. cit.), a marcha da natalidade passa pela atenção que os governos tiverem em relação à organização familiar, aos sistemas sociais de enquadramento e às políticas demográficas, nomeadamente as que se prendem com os movimentos migratórios. Disso pode servir de exemplo o Canadá, país onde a evolução da população tem sido suportada pela abertura controlada às migrações internacionais e crescimento natural dos seus habitantes.

Em estudos realizados neste país faz-se notar a semelhança entre a situação em alguns Estados canadianos e países europeus (Croisetière, 2013) em particular os países nórdicos, de que se destaca Roy e Bernier (2006, 14) que a propósito destacam:

”(...) les chercheurs avancent que tous les pays d’Europe ont connu, à des stades divers, les signes de la seconde transition démographique et qu’il est normal de se demander s’il ne s’agirait pas de manifestations d’un même cheminement, mais à différents stades de développement, les pays nordiques en étant au stade le plus avancé”.

Tomam como referencia o estado do Québec, que até 1970 registou um índice sintético de fecundidade superior a 2.1 e uma quebra desde

então – 1.8 em 1972; 1.4 e 1.68 em 2012.<sup>54</sup> Os ganhos da população decorrem das migrações (internas e internacionais), que alimentam os seus efectivos populacionais.<sup>55</sup> Daqui resulta uma preferência pela adopção do modelo de Estado providência e a democratização dos serviços sociais (Jenson, 2011): “Cela entraîne une transformation majeure de l’appareil étatique avec la réforme de la fonction publique et la multiplication des organismes gouvernementaux – ministères, régies et sociétés d’État » (Linteau et al., 1989 : 422).

A variação de habitantes no espaço da província do Québec e a evolução da natalidade e da fecundidade, sobretudo entre os casais mais jovens, deu origem a um conjunto de estudos e de trabalhos (Gauthier e Charbonneau, 2002; Puy, 2004) sobre a evolução da natalidade, da fecundidade em geral e da sua relação com as intervenções públicas. Entre os aspectos então referenciados (Puy, op. cit., 9), contava-se então a insegurança financeira e económica, a indefinição na repartição das tarefas familiares e a incerteza quanto aos diferentes projectos de vida. Tal anda associado ao retardar, cada vez mais acentuado, a decisão dos casais terem filhos.

À época, considerou-se fundamental responder a questões como: “La compensation financière du coût de l’enfant, l’existence de services permettant de concilier travail et famille, l’égalité des sexes sur le marché du travail comme à domicile sont, selon cette approche, les variables prédictives des niveaux de la natalité dans les pays industrialisés.”

A referência às políticas de família – entendidas como o conjunto de medidas permanentes, “ayant un contenu orienté vers des finalités affichées par les pouvoirs publics dans le secteur d’intervention que constitue la famille, comme problème traité» (Puy, loc. cit.), tem vindo a suportar a evolução da fecundidade no país. Refere este autor (op. cit.), que nos países onde existe uma política de família, esta apresenta quatro características comuns:

- “un processus de conception et de formulation par les pouvoirs publics de programmes spécifiques à objectifs familiaux exprès (image sociale, orientation normative vers la famille, effets attendus, définition des publics visés définis comme familles);
- une matérialisation et une institutionnalisation de ces actions (programmes, budgets, organs administratifs et de gestion spécifiques, dans le cadre public);
- l’existence notable d’activités sociales (non étatiques) qui relaient la politique dans la société (groupes et institutions);

---

<sup>54</sup> <http://www.axl.cefjan.ulaval.ca/ammord/Quebec-3denatalite.htm> 10 MA114

<sup>55</sup> Cf: [http://www.quebecdroite.com/2011/11/cabier-special-quebec-frappe-son-mur\\_6344.html](http://www.quebecdroite.com/2011/11/cabier-special-quebec-frappe-son-mur_6344.html)

- enfin, sur le plan des représentations, l'existence de la politique familiale se manifeste par la reconnaissance partagée, dans la société, de la légitimité d'une intervention publique dans ce domaine."

Diferenciando a política da família da política da população, mas suportada naquela, as políticas de família - porque são influenciadas por factores diversos -, podem ser abordadas segundo perspectivas diferenciadas e referem resultados distintos quanto à sua aplicação. Daí a diversidade de estudos relacionados com a situação no país nomeadamente os que se relacionam com:

- medidas relacionadas com o emprego;
- igualdade de sexos;
- reforço da solidariedade entre as famílias;
- motivação para ter uma criança;
- insegurança.

Entre outros estudos sobre o mesmo tema, salienta-se o estudo de Duplin (2010) que assenta na análise da legislação do país, do seu contexto demográfico e exploração da seguinte hipótese (op. cit., 6):

"L'économie de type providentialiste, c'est-à-dire une politique économique et sociale qui intervient positivement sur le rapport salarial et qui inscrit ses interventions en lien avec les autres dimensions de la vie des femmes en société, s'avère dans l'ensemble plus avantageuse pour ces dernières et que, a contrario, une politique axée sur la libéralisation sans frein des marchés intérieurs et extérieurs aura des effets discriminatoires importants à l'encontre des femmes".

De acordo com o citado trabalho (op. cit., 8):

"Il s'agit alors de vérifier les conséquences, pour les femmes, de ce passage d'un modèle providentialiste à un modèle néolibéral. Pour ce faire, nous montrerons comment l'État-providence, à travers le processus de salarisation du travail de reproduction, a pu renforcer — malgré des gains obtenus, par ailleurs — certaines modalités de la division sexuelle du travail." Prossegue, explicitando (op. cit., 10):

- "une politique familiale met en oeuvre une série de mesures où travail salarié et travail domestique, production et reproduction s'entrecroisent et, en ce sens, une telle politique «renvoie aux politiques de l'État dans le domaine démographique, familial, de gestion de la main-d'oeuvre, en même temps qu'elle touche directement aux stratégies des femmes elles-mêmes et aux représentations collectives quant à la place des femmes dans la production et dans la reproduction» (Heinen, 1990, p. 37).

A concluir, escreve:

- "pour arriver à nos fins, nous allons présenter trois concepts qui nous permettront de mettre en lumière les différentes dimensions d'une politique familiale, soit les notions d'externalisation, de représentation et d'égalité-équité". O conceito de igualdade-equidade remete-nos para a

ausência de divisão, dominação, hierarquias sociais, da influência dos regimes patriarcal, capitalista e racista (op. cit., 11).

À semelhança do que passou em países europeus onde a sucessão de políticas sociais não conseguiu ultrapassar o déficit natural da população residente, tomamos ainda o exemplo da evolução das políticas de família no Québec (Duplin, 2010) – cujas relações culturais com o ocidente europeu são reconhecidas – para assinalar o seguinte:

- entre 1960 e 1980, as preocupações demográficas assentam numa forte intervenção do Estado –“período familista”, promovendo o trabalho da mulher no interior da sua “esfera doméstica” (op. cit., 13) baseada numa “politique des familles fondée sur une approche familialiste de la reproduction reposant essentiellement sur une fiscalisation des besoins, une politique qui ne faisait aucun droit à des revendications féministes comme la mise en place d’un réseau public de garderies. De ce point de vue, la conception du rôle des femmes et des hommes qui est institutionnalisée dans la politique familiale était tributaire d’une idéologie familiale fondée sur le modèle de l’homme chef de famille et de la femme travailleuse d’appoint.”;

- a fase seguinte, “familista-natalista”, de 1984 a 1997, o Estado “s’implique peu dans la prise en charge des activités domestiques et les mesures qu’il adopte visent avant tout des objectifs démographiques reconduisant la dimension symbolique qui associe les femmes au travail reproductif non rémunéré, puisque ces mesures n’ont pas pour but de promouvoir un aménagement moins défavorable de la division sexuelle du travail”;

- a “fase trabalhista”, de 1997 a 2006 (op. cit., 15): “est marquée du sceau des incitations nombreuses à [...] encourager hommes et femmes qui travaillent à demeurer actifs économiquement, mais aussi à encourager les femmes qui ne travaillent pas et surtout celles qui sont à la tête de familles monoparentales à rejoindre la population active”.

Acrescenta o referido autor (op. cit.): “c’est dans ce contexte que la politique familiale voit le jour. Deux objectifs lui sont associés:

- assurer l’équité par un soutien universel aux familles et une aide accrue aux familles à faible revenu;

- faciliter la conciliation des responsabilités parentales et professionnelles et favoriser le développement des enfants et l’égalité des chances (Marois, 1997, p. 11).”

Estas situações foram acompanhadas da criação de serviços públicos de apoio à criança (op. cit., 18), ao desenvolvimento da economia social no sentido de evitar o “trabalho negro”.

As referências anteriores ajudam a compreender a complexidade das políticas da população e o seu contributo no movimento natural e no



movimento migratório, no equilíbrio e bem-estar da população, no seu envelhecimento e decréscimo da fecundidade.

Nesta linha de pensamento, para Esping-Andersen (2013, 11)<sup>56</sup>, ter filhos, sendo uma aspiração de cidadania de muitos habitantes, constitui uma dimensão importante do bem estar das pessoas e uma questão de interesse público (op. cit., 24). Permitem ainda relacionar a evolução da população na Europa e a sua prospectiva, com o bem-estar económico (op. cit.), com os “custos de oportunidade”, a crescente participação da mulher no mundo do trabalho, a situação de “menos família” (op. cit., 38) e com outros factores de ordem individual, psicológica e moral e de natureza societal. Neste caso Friedli (2006, 9), refere as “variáveis de contexto”, como os factores sócio-económicos, a educação, a actividade da mulher e factores culturais relacionados com a religião e as normas nacionais em relação com o número ideal de filhos/casal.

Tal como noutros fenómenos sociais, a marcha da fecundidade na Europa ocidental, nos países nórdicos, na Europa do sul e na Europa do leste, apresenta um padrão comum de distribuição geográfica do registo do ISF: a sua difusão, primeiramente nos países nórdicos e Europa ocidental, alastrando em seguida aos demais países do continente europeu. Esta referência recupera a discussão em torno da problemática da mudança social, do desenvolvimento económico, social e das relações e interações centro-periferia entre os países da UE.

No que aos valores de natalidade diz respeito, a evolução da 1ª transição demográfica, primeiramente sentida nos países industrializados do Ocidente europeu, foi posteriormente transmitida às suas margens; a 2ª transição demográfica e o acréscimo dos valores de fecundidade recentes registam-se de novo na área destes países, em confronto com a sua periferia sul e do leste onde os valores são mais reduzidos. Já em relação aos movimentos migratórios e tomando como referência os países da Europa ocidental e os países da Europa meridional e da Europa de leste - tradicionais fornecedores de mão-de-obra - regista-se serem os países da periferia os mais afectados pela segunda revolução demográfica e os mais atingidos na sua economia familiar.

As situações anteriores decorrem da alteração dos níveis e qualidade de vida decorrentes da situação financeira e económica; do envelhecimento da população; da evolução populacional comprometedora da realização de níveis de inovação capazes de susterm a desertificação humana e a fuga de recursos humanos mais qualificados; da situação de dependência destes países em relação aos movimentos migratórios externos, direccionados para os países mais desenvolvidos da União.

---

*56 Esping-Andersen G. – Coord – (2013): El déficit de natalidad en Europa: la singularidad del caso español. Barcelona, Fundación “la Caixa”, Colección Estudios Sociales (nº 36).*

A referência ao estudo coordenado por Esping-Andersen (2013) permite contextualizar algumas medidas relacionadas com as políticas públicas e a fecundidade na Europa. Neste exemplo a investigação desenvolvida por Baizán, Arpino e Delclòs (2013)<sup>57</sup> permitiu acentuar os efeitos das políticas públicas sobre a fecundidade, nomeadamente os que respeitam aos serviços de atendimento e apoio à infância, às condições do mercado laboral, a prestações e rendas, ao sistema tributário e ainda aos valores de género, traduzidos nos efeitos sobre a igualdade e impactos positivos na fecundidade.

Alicerçando-se noutros estudos em contextos e sobre assuntos diversificados relacionados com o tema em apreço - nomeadamente os que se prendem com o acréscimo da igualdade de género, a família e a segurança social (op. cit., 185 e seguintes) -, a recolha de indicadores-macro em países da EU – tendo por base o ISF em 1992-1998 – embora desfasada no tempo permitiu aos autores completar a sua análise. Desta apreciação resultaram as seguintes notas (op. cit., 198-199):

- as políticas que apoiam um modelo favorável à igualdade de género têm um efeito positivo sobre a natalidade;

- as políticas tendentes a manter o papel tradicional da mulher podem ter um efeito igualmente favorável à fecundidade, apenas nos países em que não se tenham generalizado os valores relativos à igualdade de género.

Para o coordenador do estudo (Esping-Andersen, op. cit.) a discussão presente não deve resumir-se aos aspectos da baixa fecundidade e do envelhecimento da população, mas deve ser mais abrangente relacionando a procriação com o bem-estar da população. Tal está explícito:

- nas diferenças entre os países escandinavos, o Reino Unido, a França e a Alemanha, em que o equilíbrio demográfico parece ter estabilizado em torno dos 2 filhos/Mulher;

- no síndrome da “lowest-low fertility”, evidente nos países mediterrânicos. Esta situação verifica-se também na Alemanha, país onde o ISF se situa abaixo de 1.4 há várias décadas.

Complementarmente regista o autor os efeitos das teses pós-modernas que “explicam a quebra de interesse em ter filhos pelo aparecimento de novos valores que dão prioridade ao individualismo e à realização pessoal” (op. cit., 199). A concluir, realça (op. cit., 200):

- “as mudanças nas relações de género com o intuito de garantir maior igualdade – na constituição dos casais, das famílias e no domínio público”, conjuntamente com “as condições que regulam as relações laborais e o mercado de trabalho”, desempenham um papel igualmente relevante deste domínio;

---

<sup>57</sup> Baizán, P., Arpino, B. e Delclòs (2013). *Políticas públicas, valores de género e fecundidad en Europa*. In: Esping-Andersen (2013), pp. 177-208

- esta situação depende da segurança económica, da flexibilidade laboral (op. cit., 201), sobretudo por parte das “mulheres que pretendem conciliar a vida laboral com a maternidade”;

- a “igualdade do género” é um factor relevante da fecundidade (op. cit., 203).

Estas e outras condições sugerem a formulação de políticas públicas no sentido da flexibilização do horário laboral e da “aposta na educação infantil de 0-3 anos” (op. cit., 208). Atestam ainda a complexidade de algumas questões relacionadas com o futuro demográfico da Europa (Parlamento Europeu, 2008, 4-6) e de Portugal, assim descrito:

- envelhecimento da população europeia: na base da pirâmide etária (“ageing at the bottom”) associada à quebra da natalidade e da fecundidade para valores inferiores ao limiar de substituição geracional; no topo (“ageing high up the pyramid”), associado ao aumento da esperança de vida;

- variações ao longo do tempo do movimento natural da população – devido a fenómenos de baby-boom (população autóctone e/ou população migrante) dando posteriormente origem a situações pontuais de envelhecimento;

- emigração selectiva de jovens, fenómeno que reforça os efeitos de perda e alteração das estruturas demográficas da população residente.

O conjunto destas questões põe em evidência a fragilidade das estruturas demográficas da velha Europa e dos sistemas laboral, contributivo e de assistência social, como induz outras análises sobre a situação presente. Profundamente marcada pelo envelhecimento da sua população, pelas disparidades sociais e económicas do território e pela dualidade social, a União está à mercê dos fluxos internacionais de mão-de-obra e de circunstâncias sócio-políticas internas condicionantes do seu futuro.

A referida situação, que não é apenas demográfica, reflecte-se na capacidade produtiva dos países, no mercado de trabalho, nas despesas públicas, na qualidade de vida dos cidadãos e nas suas condições de vida. Por isso deve ser considerada numa perspectiva multidimensional, que tenha em consideração os efeitos espaciais dos contrastes geográficos que se estão a acentuar e a sua evolução no tempo. De facto a orientação das migrações internacionais nas últimas décadas permite consolidar a imagem de uma UE como espaço atractivo e de destino das migrações internacionais - alimentada por numerosos fluxos migratórios oriundos de países cada vez mais distantes: África, Ásia, América.

A convergência destes movimentos para o centro, aproveitando a abertura proporcionada pela mobilidade interna, resulta da persistência de intensas pressões demográficas exercidas nas suas orlas pelos países vizinhos e a existência de afinidades culturais entre as populações migrantes

já estabelecidas e os candidatos à emigração. Note-se que o indeterminismo das acções humanas não permite uma resposta homogénea a estas questões, mas pode sugerir a antecipação de iniciativas, nomeadamente as que se prendem com a orientação de políticas amigas da família, das crianças e do desenvolvimento social e humano. Pode igualmente obrigar a equacionar, de forma diferente, o fenómeno das migrações internacionais.

Tendo em conta a evolução recente e o crescimento nos países da União, este tipo de movimentos, conhecidos por migrações de substituição, exigem uma rotação de mão-de-obra e o possível retorno da população imigrante envelhecida ao país de origem no termo do ciclo laboral activo<sup>58</sup>. Requerem, no entanto, a continuidade deste ciclo. Assim o assinalou Hérán (In: Parlamento Europeu, 2008, 18):

“La contribution de l’immigration à la dynamique démographique n’a pas besoin de prendre la forme d’un afflux massif pour modifier rapidement la composition de la population et accroître sa diversité. Même si elle contribue seulement pour un quart ou un tiers à la croissance annuelle de la population, il suffit que cet apport se prolonge des décennies durant pour que monte rapidement la proportion de résidents ayant des ascendants étrangers.”

Daqui decorre a necessidade de articular as políticas migratórias (de apoio ou de redução da emigração e promoção ou de limitação da imigração), com as de natalidade (de controlo, no caso de crescimento acelerado ou de incentivo, no caso da sua quebra), no sentido de potenciar os seus efeitos sobre o mercado laboral e os sistemas sociais e económicos nos países da União. O seu crescimento depende dos fluxos externos e das migrações internacionais, o que sugere:

- ter em consideração a diversidade geo-económica da UE e os contrastes “centro-periferia”, o que pode agravar as tendências antigas de mobilidade da população dos países meridionais e de leste;

- a necessidade de firmar a remediação das questões demográficas em medidas que promovam a inovação - do tecido económico e empresarial, das relações com exterior, da animação do mercado interno da sua população - no sentido de minimizar os efeitos da dependência externa, que não só a de natureza populacional, que experimentam os países da União.

Assinala a Carta Social Europeia (1996): “a família, enquanto célula fundamental da sociedade, tem direito a uma protecção social, jurídica e económica adequada para assegurar o seu plena desenvolvimento”. Daí que seja possível promover diferentes perspectivas de análise e iniciativas que configuram visões políticas distintas, movimentos sociais diferenciados,

---

*58 Toma-se como exemplo o caso da emigração italiana para o G. D. do Luxemburgo no início do arranque da industrialização mineira do século XIX e seguinte, que permitiu o “milagre siderúrgico” luxemburguês.*

valores e princípios relativos à família, aos progenitores, à mulher e às uniões conjugais, traços bem distintos. A confirmá-lo, cita-se um relatório do Parlamento Europeu (2008, 13)<sup>59</sup>:

“Os países que defendem uma visão familista do acolhimento de crianças (...) são precisamente os países com fecundidade mais baixa, como se vê também no Japão, na Europa do sul e, largamente, na Alemanha. Durante muito tempo o natalismo fez parte do familismo. Hoje, porém, o familismo é anti-natalista”.

Considerando os diversos tipos de respostas o referido documento aponta o seguinte (loc. cit.):

“Investigações recorrentes demonstraram que os Estados-membros que apresentam actualmente as taxas de fecundidade mais elevadas são os que souberam desenvolver políticas de apoio à criança e à conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, e que conseguiram implementá-las reunindo diversas condições:

- ultrapassar as alternâncias políticas (uma tal política deve ser consensual);

- inscrever medidas de apoio com duração, de modo a manter a confiança dos casais;

- privilegiar o acompanhamento financeiro ao longo da infância mais do que injectar abonos pontuais quando do nascimento (...) (lump-sum benefits);

- favorecer o acesso gratuito das crianças de três anos à escola pré-elementar;

- facilitar o acesso de casais jovens a alojamentos sociais, e à sua autonomia;

- separar a fecundidade do estatuto matrimonial dos pais concedendo o mesmo estatuto jurídico a todas as crianças”.

O referido documento faz notar que os países mais familistas (onde se acredita que é necessário ser-se casado para ter uma criança e que é necessário ficar em casa para o criar), são os países que registam as mais baixas taxas de fecundidade, dando como exemplo as ideologias da infância de países vizinhos e populosos: o caso da Alemanha e da França (op. cit., 30): os primeiros inserindo-a na “esfera familiar”, apoiando financeiramente a mulher para permanecer em casa e dedicar-se a tarefas domésticas; os segundos na “esfera social” e comunitária (com creches “écoles maternelles” (op. cit., 28). Daqui resulta o incentivo à actividade profissional feminina e à conciliação entre o trabalho e a família dando origem a papéis distintos:

“Na Europa coexistem dois modelos de fecundidade, um fundado no papel principal da família, o outro sobre o papel da comunidade e

---

59 *European Parliament (2008): “L’avenir démographique de l’Europe” (IP/A/EMPLC/IC/2008-32-33)*

eventualmente do Estado. As baixas taxas de actividade feminina, os subsídios familiares, os abonos parentais, as creches e escolas maternas não são as causas mas as consequências destes dois modelos. Será difícil conseguir mudanças na fecundidade agindo sobre as consequências sem pesar as causas mais profundas. Mas não se mudam rapidamente as mentalidades assim enraizadas. A França demorou cem anos para recolher benefícios da sua legislação natalista. Outros países do sul e do leste que se inspiraram neste modelo teriam de mudar de atitude em relação à infância”.

Estas circunstâncias levam a encarar-se a imigração como um contributo demográfico necessário à dinâmica demográfica e ao reforço da população em idade adulta. Assim o faz notar a situação de diferentes países, como os EUA, em que a imigração age como aliado do crescimento natural no movimento natural da população (op. cit., 22 e 31). Além destes exemplos importa que as políticas de apoio à natalidade possam assentar, como reconhecem Roy e Bernier (2006, 16), na alteração das condições económicas:

“A investigação é unânime: uma grande confiança no futuro é absolutamente necessária para que os jovens sejam capazes de pensar na constituição de família sem terem a impressão que tal financeiramente lhes custará demasiado e que as suas aspirações pessoais deverão ser postas de lado”. Esta situação obriga a que se atenda ao papel predominante da família, do mercado de trabalho e do Estado, como determinantes da fecundidade, perspectiva que permite encontrar semelhanças entre o seu país e os países nórdicos no que concerne ao pagamento de subsídios parentais; à oferta de serviços de qualidade para acolhimento de crianças; à flexibilidade de horários para pais de crianças jovens. Tais medidas inserem-se numa política familiar alargada de valorização da própria família e das suas condições económicas, da autonomia juvenil, da confiança e do esclarecimento público de tais medidas.

No caso português a Constituição da República assume, em relação ao indivíduo, a realização de um conjunto de tarefas fundamentais do Estado (Art. 9º) e considera, no capítulo relativo aos “Direitos e deveres sociais”, “a família, como elemento fundamental da sociedade”, com “direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros” (Art. 67º). As demais circunstâncias, estão contidas no exercício dos direitos e dos deveres de um Estado Democrático (Art. 2º).



## Nota final

Os aspectos anteriores recordam-nos que não havendo economia sem mercados, não podemos equacionar a sociedade humana sem o seu crescimento e sustentabilidade. Tão pouco o podemos fazer ao arrepio da dignificação do homem, como entidade recolectora e predadora, mas também criadora do seu meio e ambiente. A renovação geracional da população passa, portanto, pelo respeito e valorização de um conjunto de direitos constitucionais e humanos, a que os seres gregários estão sujeitos. Estas questões estão associadas à fragilidade das estruturas demográficas tanto em Portugal como no continente europeu e aos sistemas laboral, contributivo e de assistência social, induzindo uma análise mais aprofundada, de natureza “geopolítica” e económica, sobre o estado da UE.

Embora o percurso seguido a partir de meados de Novecentos tenha permitido a reconstrução material e económica da Europa, a identidade deste continente, de Portugal aos Urais, ou do Mediterrâneo ao mar do Norte está profundamente marcada pelo envelhecimento da população, pelas disparidades sociais e económicas e por inúmeros contrastes sociais e do território. Complementarmente a UE está à mercê dos fluxos internacionais de mão-de-obra, das migrações forçadas pelas condições de sobrevivências na África subsariana, pelos movimentos de refugiados e asilo político, conjuntamente com situações decorrentes de pressões demográficas e de circunstâncias sócio-políticas que condicionam o seu futuro e crescimento.

Numa perspectiva nacional e europeia, humanista e solidária, importa trabalhar na construção de um projecto de valorização das nossas comunidades rurais e urbanas, atenta à sua sobrevivência e anseios. Se assim não acontecer corremos o risco do agravamento do despovoamento estrutural do país e das suas regiões; da perda da identidade nacional; da desarticulação ainda maior do território através do agravamento das assimetrias espaciais e sociais, que corroem o país por dentro e o ameaçam para além das suas fronteiras.

A acentuarem-se as condições de perda da população portuguesa, por via do crescimento natural e do movimento emigratório, o país tenderá a tornar-se um vazio de habitantes e um espaço natural sem população, é conhecido por deserto!







## Bibliografia

ADVEEV et al. (2011) - Populations et tendances démographiques des pays européens (1980-2010).

Almeida, A., André, I., Lalanda, P. (2002) - “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”. In: *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 371-409

Aron, R. (1982) - *As etapas do pensamento sociológico*. Rio de Janeiro, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília

Arroteia, J. (2007) - *A população portuguesa – memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro

Arroteia, Jorge Carvalho (1984) – *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 83)

Arroteia, Jorge (1983) – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 79)

Bacci, L. (1993) - *Introducción a la demografía*. Ariel, Barcelona

Baizán, P, Arpino, B. e Delcòs (2013) - Políticas públicas, valores de género e fecundidad en Europa. In: *Esping-Andersen (2013)*, pp. 177-208

Braudel, Fernand (1989) – *Gramática das civilizações*. Lisboa, Editorial Teorema

Caselli, G., Vallin, J., Wunsch, G. (2006) - *Démographie: analyse et synthèse – VII Histoire des idées et politiques de population*. Paris, Institut National d'Études Démographiques.

Castro et alli (2014) – *DEMOSPIN: Economically Sustainable DEMOgraphy Reversing Decline in Peripheral RegIoNs*. Universidade de Aveiro, Grupo de Estudos em Território e Inovação

Chesnais, J. C. (1986) - *La transition démographique, étapes, forms, implications économiques*. Paris, INED, PUF

Coale, A. J. (1972) - *The Growth and Structure of Human Populations: A Mathematical Investigation*. Princeton, Princeton University Press.

Comission Européenne (2005) - *Face aux changements démographiques, une nouvelle solidarité entre générations*. Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes

Conseil de l'Europe – Assemblée Parlementaire (2010): *L'hiver démographique et l'avenir de l'Europe*. Doc. 12146, de 27JAN2010.

Costa, D. António de Sousa Macedo, (1855) - Estatística do Districto Administrativo de Leiria

Costa, Eduarda (2000) – As cidades médias no sistema urbano nacional. O caso da Beira Interior. Lisboa, Universidade de Lisboa – Departamento de Geografia. FLUL (Tese de Doutoramento)

Croisière, P. (2013) - Portraits de politiques familiales - le Québec et treize pays développés. Québec, Ministère de l'Emploi, de la Solidarité sociale et de la Famille / Direction du développement des politiques de famille In: [http://www.mfa.gouv.qc.ca/fr/publication/Documents/portraits\\_de\\_politiques\\_familiales.pdf](http://www.mfa.gouv.qc.ca/fr/publication/Documents/portraits_de_politiques_familiales.pdf) 22MAI14

Delgado A. e K. Wall (2014) - Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa de Ciências Sociais

Díaz, J. Pérez (2011) - “Proyecciones de población: jóvenes y mayores”. In: El futuro de la población. Andalucía, Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía, pp. 217-222.

Díaz J. e MacInnes, J. P. (2009) – “The revolute revolution”. In: The Sociological Review. Volume 57, Issue 2, pages 262–284

Díaz, L. Pérez – Apuntes de demografía y la TRR. In: <http://cisolog.com/sociologia/julio-perez-diaz-apuntes-de-demografia-y-la-trr/>

Dumont, G.F. (2011) – EU: prospective démographique. In: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2386787](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2386787) 21MAI14

Duplin, R. (2010) - La politique familiale au Québec de 1960 à 2006. Dans Dorval Brunelle (dir.), Gouvernance. Théories et pratiques. Montréal : Éditions de l'Institut international de Montréal, p. 107-132. In: [http://classiques.uqac.ca/contemporains/duplin\\_raquel/politique\\_familiale\\_qc/politiques\\_familiales\\_qc.doc](http://classiques.uqac.ca/contemporains/duplin_raquel/politique_familiale_qc/politiques_familiales_qc.doc) 10MAI14

Durkheim, E. (1893) - La division du travail social. Paris, F. Alcan

European Parliament (2008) - “L'avenir démographique de l'Europe” (IP/A/EMPLC/IC/2008-32-33)

European Commission (2011) - The 2012 Ageing Report: underlying assumptions and projection methodologies. Brussels, Directorate-General for Economic and Financial Affairs – European Commission.

European Union (2010) – Demography report. In: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product\\_details/publication?p\\_product\\_code=KE-ET-10-001](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/publication?p_product_code=KE-ET-10-001) 21MAI14

Friedli (2006) - L'influence de la politique familiale sur la fécondité des femmes en Italie, France, Suède et en Suisse – une étude comparative. Genève, Université de Genève/Faculté des Sciences Économiques et Sociales (Mémoire)

Landry, Adolph (1934) - La révolution démographique: étude et essai sur les problèmes de la population. Paris, Sirey

Esping-Andersen G. – Coord – (2013) - El déficit de natalidad en Europa: la singularidad del caso español. Barcelona, Fundación “la Caixa”, Colección Estudios Sociales (nº 36)

Gaspar, Jorge (1987) – Portugal os próximos 20 anos – I vol: Ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Gauthier M. e Charbonneau J. (2002) - Jeunes et fécondité: les facteurs en cause. Revue de la littérature et synthèse critique. Montréal, Institut National de la Recherche Scientifique. In: <http://www.obsjeunes.qc.ca/pdf/Jeunes%20et%20fecondite.pdf>, (août 2003)

Governo de Portugal (2014) - Portugal 2020: Acordo de Parceria 2014-2020

INE (2014) – Inquérito à fecundidade: 2013. Lisboa. Instituto nacional de Estatística/Fundação Francisco Manuel dos Santos

INE (2011) – Retrato territorial de Portugal: 2009. Lisboa, INE (Parte III – A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas)

INE (2009) – Projecções de população residente em Portugal: 2008-2060). Lisboa, INE

Jenson, J. (2011) - Les familles québécoises depuis la révolution tranquille – mutations sociales, mobilisation des mouvements, transformations politiques. Montréal, Université de Montréal (Chaire de Recherche du Canada en Citoyenneté et Gouvernance).

La Blache, Vidal (1954) - Princípios de Geografia Humana. Lisboa, Edições Cosmos

Landry, Adolph (1934) – La révolution démographique: étude et essai sur les problèmes da la population. Paris, INED

Lefebvre, P. (2003) - Limites et problèmes de la politique familiale canadienne. Montréal, Université du Québec à Montréal In: <http://www.omiss.ca/activite/pdf/lefebvre.pdf> 10MAI14

Lesthaeghe, R. (1994) - Una interpretación sobre la Segunda Transición Demográfica en los países occidentales. Demografía y políticas públicas. EMAKUNDE. Vitoria, Instituto Vasco de la Mujer: 9-60. Cit. Por Pèrez Diaz In: <http://apuntesdedemografia.wordpress.com/2011/08/26/la-segunda-transicion-demografica-en-van-de-kaa-y-lestahege/> 2MAIO14

Luhorne Maude (2008) - “Europe ey politique familiale: un histoire d’egalité des sexes.” Seminaire “L’Europe autrement”, 2007/2008 - [https://iepweb.sciencespo-rennes.fr/bibli\\_doc/download/274/](https://iepweb.sciencespo-rennes.fr/bibli_doc/download/274/) 10MAI14

MacInnes, J. e Pérez, J. (2008) - La tercera revolución de la modernidade: la reproductiva. Reis: Revista española de investigaciones sociológicas (122): 89-118. In: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/3482/1/MacInnesPerez2008.pdf> 2MAI14

MAOTDR (2006) - Programa nacional da política de ordenamento do território – programa de acção. Lisboa, MAOTDR

Malthus, T. (1798) – Na essay on the principle of population – An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and others writers. London: J. Johnson

Marx, K. (1867) – Das Kapital. (Ed. Inglesa – 1990-1992 – Capital – 3 vol. London, Penguin Books)

Meadows, D., Meadows, D., Randers, J., Behrens W. (1972) - The limits to growth. New York, Universe Books

Mill, J.S. (1878) - Principes de l'économie politique. Paris, Éd. Guillaumin (1<sup>a</sup> ed. 1848)

Moschion, Julien (2010) – “Reconciling work and family life: the effect of preschooling”. In: [http://journnees\\_uniteco.site.ined.fr/fichier/s\\_rubrique/20010/j.moschion.fr.pdf](http://journnees_uniteco.site.ined.fr/fichier/s_rubrique/20010/j.moschion.fr.pdf) 20JUN14

Muenz, R. (2007) - Aging and demographic change in European societies: main trends and alternative policy options. The World Bank – Social protection. In: [http://www.monitoringris.org/documents/tools\\_reg/agingdemochange.pdf](http://www.monitoringris.org/documents/tools_reg/agingdemochange.pdf) 17MAI14

Nazareth, Joaquim M. (1988) – Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa. Lisboa, Editorial Presença

Nazareth, J. (1979) - O envelhecimento da população portuguesa, Lisboa, Editorial Presença

Nunes, A. Sedas (1964) – Portugal, sociedade dualista em evolução. In. Análise Social, Lisboa, Nº 7 / 8, pp.407-462

Parlamento Europeu (2008) - L'avenir démographique de l'Europe – note de synthèse (IP/A/EMPL/IC/2008-33). Paris, INED (Draft).

Peneda, J. S. (2013) - Reflexões sobre políticas de família e de fomento da natalidade. Conselho Económico e Social (Doc. Interno).

Piché, V. (2013) - Les théories migratoires contemporaines au prisme des textes fondateurs. In: Les theories de la migration. Paris, INED in: <http://oppenheimer.mcgill.ca/IMG/pdf/piche-2013-theories.pdf> 16MAI14

Pressat, Roland (1979) - Dictionnaire de démographie. Paris, Presses Universitaires de France

Proudhon, P. J. (1840) - Qu'est-ce que la propriété? (Ed.: Les classiques en sciences sociales. – Université du Québec. In: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Proudhon/la\\_propriete/La\\_propriete.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Proudhon/la_propriete/La_propriete.pdf) 6JAN15

Puy, L. (2004) - Natalité et interventions publiques, Québec, Ministère de l'Emploi, de la Solidarité sociale et de la Famille

Ribeiro, Darcy (1998) – O processo civilizatório. São Paulo, Companhia das Letras

Ribeiro, Orlando (1970) – Ensaios de geografia humana e regional. Lisboa, Livraria Sá da Costa

Ricardo, David (1817) – Des principes de l'économie politique et de l'impôt. Paris, Flammarion (Ed. De 1992)

Roy, L. e Bernier, J. (2006) - La politique familiale, les tendances sociales et la fécondité au Québec: une expérimentation du modèle nordique?. Québec, Ministère de la Famille, des Aînés et de la Condition féminine. In: <http://www.mfa.gouv.qc.ca/> 12MAI14

SEF (2014) – Relatório de Imigração, fronteiras e asilo-2013. Lisboa, SEF

Sauvy, Alfred (1963) - Malthus et les deux Marx; le problème de la faim et de la guerre dans le monde. Paris, Denoel

Sauvy, A. (1960) - Essai d'une vue d'ensemble: la présentation des naissances dans la famille, ses origines dans les temps modernes. H. B. e. a. (eds). Paris Cahier de l'INED, PuF: 375-391.

Sauvy, A. (1952) – Trois mondes, une planète.. In: L'Observateur, 14 août 1952, n°118, page 14.

Sousa, L (2013) - Intergenerational solidarity: bringing together social and economic development. In A. Oliveira (coord), Promoting conscious and active learning and aging: How to face current and future challenges (pp. 149-160). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Tapinos, G. (1974) - Léconomie das migrations internationales. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques/A. Colin.

Thompson, Warren S. (1929) – Population. In: American Journal of Sociology. 34(6): pp. 959-975.

Trigal, L.L.; Gonçalves, O.B. e Arroiteia, J. (2010) - Migrações ibéricas: memoria y processo de desarrollo. Polígonos – Revista de Geografia, 20 (Número monográfico)

United Nations (2002) – “Political declaration and Madrid International Plan of action on ageing”, Second World Assembly on Ageing, Madrid, ONU

Vann de Káa (2002) – “The idea of a second demographic transition in Industrialized Countries” (Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 January 2002).

Van de Kaa, D. J. (1987) - Europe’s Second Demographic Transition. Population Bulletin, 42 (1), Washington D.C.: Population Reference Bureau.

Wanner, P. e Fei, P. (2005) - Facteurs influençant le comportement reproductif des suisses et des suisses. Neuchâtel, Office Federal de la Statistique

Fontes:

INE (2014) - Projeções de população residente 2012-2060. Lisboa, INE

INE (2013) - Inquérito à Fecundidade-2013. Lisboa, INE/FFMS

INE (2012) - Censos 2011 – Resultados definitivos. Lisboa, INE

INE (2011) - XV Recenseamento Geral da População – V Recenseamento Geral da Habitação. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

INE (2009) - Projeções de população residente em Portugal – 2008-2060. Lisboa, INE

PORDATA <http://www.pordata.pt/>



## Índice

### Figuras

Figura 1 - Evolução da população portuguesa: 1991-2013.....	9
Figura 2 - Dinâmica de crescimento da população .....	13
Figura 3 - Índice sintético de fecundidade .....	15
Figura 4 - Conjugalidade 2007 - 2012 .....	15
Figura 5 - Pirâmides etárias 1991 - 2012.....	16
Figura 6 - Índices de dependência: 2011 .....	18
Figura 7 - Saldo migratório 2003 - 2013 .....	21
Figura 8 - Imigração: evolução da população residente .....	22
Figura 9 - Idade média da população imigrante .....	24
Figura 10 - Densidade populacional.....	26
Figura 11 - Taxa de variação da população portuguesa: 2001-2011 .....	30
Figura 12 - Taxa de actividade da população .....	31
Figura 13 - População 30-34 anos, com grau de ensino secundário e ens. superior: 2011 .....	32
Figura 14 - PIB per capita em paridades de poder de compra.....	35
Figura 15 - Idicadores de crescimento humano .....	36
Figura 16 - Portugal: saldo migratório 1980-2060 (valores reais e projectados)...	41
Figura 17 - Estimativas da população .....	43
Figura 18 - Estimativas da população II.....	44
Figura 19 - Pirâmides etárias I (2008-2060) .....	44
Figura 20 - TBN e TBM .....	47
Figura 21 - Portugal: concentração urbana e eixos de circulação .....	53
Figura 22 - Modelos de transição demográfica.....	58
Figura 23 - ISF – 2001/2012 (UE28).....	63

### Tabelas

Tabela 1 - Portugal 2011: retrato demográfico .....	10
Tabela 2 - Evolução do tipo de famílias % .....	11
Tabela 3 - População portuguesa no total de habitantes 2011 .....	20
Tabela 4 - Imigração 2012 .....	23
Tabela 5 - População residente I.....	29
Tabela 6 - População residente (%) segundo a estrutura etária por NUTsII – 2001 e 2011 .....	30
Tabela 7 - População residente segundo o estado civil e sexo 2011 .....	32
Tabela 8 - Cenários da população.....	45

**Autor:**

**Jorge Carvalho Arroiteia** (Monte Redondo - LR: 1947) – Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Aposentado). Licenciado em Geografia, Doutor e Agregado em Ciências Sociais. Autor de diversos estudos nas áreas de Geografia Humana, Emigração Portuguesa e Análise Social da Educação.

Para além da docência e investigação na Universidade de Aveiro, colaborou com outras instituições de ensino superior e desempenhou funções em serviços centrais do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Consultor na área de Educação e Desenvolvimento. Coordenador da Emigrateca Portuguesa.





**Ficha técnica:**

Editor: Jorge Carvalho Arroiteia;

ISBN: 978-989-20-5448-3;

Título: Portugal XXI: Conspecto Demográfico;<sup>60</sup>

Autor: Jorge Carvalho Arroiteia;

Suporte: Impresso;

Formato: Brochado;

Depósito Legal: 389220/15

Capa e ornatos: Augusto Mota

---

<sup>60</sup> Texto redigido a partir do contributo do autor na “Comissão para uma Política de Natalidade para Portugal”. Lisboa, IFSC, 2014

